

AGENDA JURÍDICA

das Centrais Sindicais no STF e no TST

2026



A light gray silhouette of a person wearing a suit and tie, standing with arms slightly away from the body. The silhouette is positioned on the right side of the page, partially overlapping the text.

AGENDA JURÍDICA
das Centrais
Sindicais
no STF e no TST
2026

Elaboração:



Coordenação técnico-jurídica:

LBS

ADVOGADAS E ADVOGADOS
Loguercio - Beiro - Surian

Equipe:

José Eymard Loguercio, Antonio Fernando Megale Lopes,
Ricardo Quintas Carneiro, Eduardo Henrique Marques Soares,
Maria Eduarda do C. Pereira Costa, Sabrina Silva Xavier e
Samantha de Oliveira Cardoso

Apoio:



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	5
AGENDA 2030	7
PROCESSOS RELEVANTES STF	9
DIREITO ADMINISTRATIVO	9
DIREITO CIVIL	15
DIREITO PENAL	18
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	20
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	28
DIREITOS TRABALHISTAS	29
DIREITO TRIBUTÁRIO	44
DIREITOS SOCIAIS	48
RELAÇÕES SINDICAIS	76
SERVIÇO PÚBLICO	77
PROCESSOS RELEVANTES TST	89

APRESENTAÇÃO

A Constituição de 1988, constituída no marco da redemocratização e da emergência dos movimentos sociais, instituiu mecanismos de democracia participativa, asseguradora dos direitos fundamentais reconhecidos desde logo ou em construção.

O Estado Democrático de Direito, fundado na soberania; cidadania; dignidade da pessoa humana; valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e no pluralismo político; somente pode se expressar com uma sociedade civil ativa e com instituições que reconheçam o papel de uma Democracia substantiva e participativa.

Ao longo dos anos, o Supremo Tribunal Federal foi assumindo papel relevante na concretização dos direitos fundamentais. A Constituição brasileira, ao adotar o modelo de Corte Constitucional de controle difuso e concentrado e dispor de mecanismos processuais para a efetivação dos direitos enunciados, acabou por reforçar o papel da Corte no controle de constitucionalidade. Esse papel é notoriamente ambivalente. Ao mesmo tempo em que marca a possibilidade de afirmação dos valores constitucionais e dos direitos fundamentais que consagra, atrai uma sobrecarga decisória para o Poder Judiciário.

Assim também aconteceu com outras Cortes Constitucionais ao redor do mundo. Ora com papel de afirmação dos direitos civis e políticos, como foi o caso da Suprema Corte estadunidense na primeira metade do século XX; ora utilizadas para a desconstrução paulatina da solidariedade que se estabelece nos coletivos que visam a ampliação e o reconhecimento de seus direitos, a diferença, igualdade, melhores salários e vida digna para as populações excluídas ou marginalizadas.

Essa disputa pela afirmação ou negação dos direitos fundamentais reconhecidos nas Constituições democráticas foi se acirrando na medida em que a racionalidade neoliberal fez alcançar níveis globais de competitividade, invertendo o polo de proteção social em favor de uma distorcida leitura econômica do Direito.

Esse movimento é bastante visível ao longo dos mais de 30 anos da Constituição de 1988 e no papel que foi assumindo o Supremo Tribunal Federal na leitura dos direitos sociais e em especial do Direito do Trabalho – em todas as suas dimensões – e das proteções sociais derivadas, como é o caso da previdência social e papel do Estado na economia e na própria gestão de pessoal.

Os grandes temas e as reformas produzidas no âmbito do Poder Legislativo têm sido levados ao Supremo Tribunal Federal, que, em última análise, confirma ou não a constitucionalidade do texto produzido.

Trata-se de mecanismo contramajoritário da maior importância. Em especial quando o sistema político ainda não contempla formas mais efetivas e expressivas de participação direta e delega a um sistema de representação com múltiplos défices democráticos, em especial em relação aos temas sociais relevantes para a superação das desigualdades de classe, raça e gênero, como as que marcam a sociedade brasileira.

No entanto, também o Poder Judiciário não está imune aos défices democráticos. Ao contrário. Trata-se de Poder ainda bastante fechado em si mesmo, de perfil elitista e pouco aberto à participação social.

Alguns mecanismos processuais procuraram ampliar o diálogo entre o que se discute nos processos de repercussão geral ou nas ações diretas de controle concentrado, como é o caso do sistema de *amicus curiae* ou mesmo nas audiências públicas, ainda sujeitas à avaliação pessoal de cada relator ou da Presidência do Tribunal.

O mesmo acontece com a ampliação do acesso na propositura de ações ou na recorribilidade, embora ambos ainda sujeitos à critérios de admissibilidade bastante subjetivos.

Assim, é legítimo que a sociedade civil organizada tenha a pretensão de diálogo aberto com o Supremo Tribunal Federal de modo a ampliar a participação democrática para a preservação dos valores constitucionais de valorização do trabalho humano e da dignidade da pessoa em perspectiva emancipatória de diminuição das desigualdades e das discriminações de quaisquer espécies – em especial de gênero, raça e classe – e busca do pleno emprego, vida digna e salário justo.

A presente **Agenda Jurídica das Centrais Sindicais no Supremo Tribunal Federal** procura organizar os temas relevantes em matéria de Direito Administrativo; Direito Civil; Direito Previdenciário; Direito Tributário; Direitos Sociais; Direitos Trabalhistas; Relações sindicais; e Serviço Público e que já estão submetidos ao Supremo Tribunal Federal nas diversas modalidades de ação (ACO, ADC, ADI, ADO, ADPF, ARE, MS, RCL, RE), com ou sem data para julgamento, de modo a acompanhar sua tramitação, interagindo na perspectiva de efetivação, concretização, afirmação e ampliação dos direitos das pessoas trabalhadoras e da cidadania ativa.

Nesta edição, há também a indicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, que servirão para orientar relatório que a ser elaborado pelas Centrais Sindicais na perspectiva da afirmação dos objetivos relacionados à pauta do desenvolvimento sustentável, da transição justa, do trabalho digno e do crescimento econômico, contidos na Pauta da Classe Trabalhadora – CONCLAT 2022¹ e suas atualizações.

A **Agenda** é fruto de trabalho de pesquisa quanto aos processos e temas relevantes, em que se indicam os parâmetros de acompanhamento e situação atual, bem como a relevância de cada uma das ações em tramitação.

A **Agenda** não se constitui em modalidade fechada ou limitadora da atuação de cada entidade sindical como parte ou amiga da Corte. As entidades continuam a atuar com autonomia e independência do ponto de vista processual. A **Agenda** indica posições em comum em relação aos temas propostos nas ações especificadas, bem como, a divulgação de seus resultados para fins de acompanhamento da atuação da Corte em matéria trabalhista, sindical, administrativa e previdenciária, bem como dos temas de cidadania que afetam a vida das pessoas trabalhadoras e na constituição de uma sociedade inclusiva, justa, ambiental e socialmente responsável.

No presente ano, a Agenda traz novamente **processos relevantes no Tribunal Superior do Trabalho** e que alcançam número expressivo de trabalhadoras e de trabalhadores representados pelas entidades sindicais. Sob a presidência do Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, o TST segue com seu papel de uniformizar a jurisprudência trabalhista, com o intuito de promover estabilidade, coerência e segurança jurídica no âmbito da Justiça Especializada. Nos anos anteriores, alguns temas foram julgados, a exemplo da validade da declaração de hipossuficiência para a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita e da aplicabilidade da Reforma Trabalhista para contratos de trabalho assinados antes de sua vigência, mas ainda em curso.

Em 2026, o cenário não será diferente, havendo **vários temas relevantes e que repercutirão em milhares de processos com idêntico debate**, todos aqui destacados.

Eles são divididos em quatro modalidades distintas, sendo elas Incidentes de Recursos Repetitivos, Incidentes de Assunção de Competência, Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e Arguições de Inconstitucionalidade. Na prática, todas elas têm o mesmo propósito, que é uniformizar a jurisprudência para evitar julgamentos dissonantes pela Justiça do Trabalho em casos idênticos, trazendo-se segurança jurídica aos jurisdicionados ante a adoção de teses vinculantes, na mesma sistemática já adotada pelo STF quanto à repercussão geral.

¹ <https://www.dieese.org.br/documentossindicais/2022/CONCLAT-pautas-centrais-sindicais-07-abril/index.html?page=4>

O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (**IRDR**) e o Incidente de Recursos Repetitivos (**IRR**) são ferramentas que buscam discutir questões jurídicas presentes em vários processos judiciais, garantindo-se que o Tribunal Superior do Trabalho exerça seu papel de uniformização da jurisprudência, evitando contradição entre diferentes decisões. Têm previsão no Código de Processo Civil, bem como no Regimento Interno do TST.

Por sua vez, o Incidente de Assunção de Competência (**IAC**) está previsto no CPC (artigo 947) e no Regimento Interno do TST, a partir de seu artigo 298. Apesar de possuir a mesma finalidade do IRDR e do IRR, ele é instaurado quando não houver repetição da matéria em múltiplos processos. Ou seja, sempre que certo processo tiver relevância pública, ele poderá ser remetido para exame do Pleno do tribunal, cuja tese também terá efeitos vinculantes.

Ao final, o Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade tem previsão no CPC (artigo 948 e seguintes) e no RITST (artigo 274 e seguintes), servindo para o controle difuso de constitucionalidade. Pode ser suscitado pelo relator, por qualquer Ministro ou a requerimento do Ministério Público do Trabalho, tendo como escopo discutir a constitucionalidade de eventual norma legal.

No julgamento de tais demandas, o TST tem autorizado o ingresso de entidades como *amicus curiae*. As Centrais Sindicais têm papel importante e têm sido admitidas como amigas da Corte, justamente para trazer amplitude aos debates, garantindo que as trabalhadoras e os trabalhadores sejam efetivamente representados nas discussões realizadas pelo Tribunal Superior do Trabalho, buscando-se a preservação de direitos mais favoráveis aos empregados e às empregadas.

Os processos do STF e do TST foram atualizados até o dia 02/02/2026. Para consultar os demais dados e sua atualização, acesse a **Agenda** no formato digital e clique no *link* de cada número de processo.

institutolavoro.org.br

diap.org.br

AGENDA 2030

A Agenda 2030 da ONU é um plano global para se atingir em 2030 um mundo melhor para todos os povos e nações. A Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova York, em setembro de 2015, com a participação de 193 Estados-Membros, estabeleceu 17 objetivos de desenvolvimento sustentável. O compromisso assumido pelos países com a agenda envolve a adoção de medidas ousadas, abrangentes e essenciais para promover o Estado de Direito, os direitos humanos e a responsividade das instituições políticas.²

A Agenda 2030 busca garantir um futuro mais sustentável e justo para as gerações presentes e futuras. Cada país é incentivado a adaptar e implementar a Agenda 2030 de acordo com suas próprias prioridades e circunstâncias, com monitoramento e revisão regulares do progresso alcançado em direção aos ODS. Essa Agenda representa um compromisso global para ações concretas e colaborativas visando o desenvolvimento sustentável em todo o mundo.

O Supremo Tribunal Federal aderiu às diretrizes da Agenda 2030 da ONU, que foram incorporadas à consulta da pauta do plenário buscando associar os objetivos aos processos julgados.

Com isso, é possível conferir a pertinência da questão constitucional suscitada a fim de analisar a similitude do julgado às metas e objetivos globais e de que forma a ação julgada contribui para a consecução de tais planos, determinando também o posicionamento do Poder Judiciário acerca de tais cenários.

² <https://portal.stf.jus.br/hotsites/agenda-2030/>

O que são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS

A Agenda 2030 é composta por 17 objetivos interligados, conhecidos como “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”, que tratam de propósitos transformadores, com foco nas pessoas mais vulneráveis. Esses objetivos abarcam diferentes temas de aspectos sociais e ambientais. Têm como foco atenuar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, bem como garantir a todas as pessoas, em todos os lugares, o bem-estar e prosperidade. Os ODS são divididos em submetas e construídos de maneira interdependentes, deixando assim, mais claro as ações que cada país precisa tomar para atingir a vida sustentável dos cidadãos.

Nesta **Agenda**, é possível conhecer os ODS de cada processo.

Na página do STF é possível acessar, por Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, os processos liberados para julgamento no plenário.

Conheça os ODS:



PROCESSOS RELEVANTES STF

DIREITO ADMINISTRATIVO

ADC nº 90



Requerente: Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização – CNSEG

Tema: Vedação de cobrança diferenciada por idade em contratos anteriores ao Estatuto do Idoso.

Data de ajuizamento: 12/08/2024

Relator (a): Min. Dias Toffoli

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: –

Relevância para a classe trabalhadora: O caso trata da aplicação do Estatuto da Pessoa Idosa e da proteção contra discriminação em contratos, garantindo segurança e direitos aos trabalhadores idosos.

ADI nº 4.893



Requerente: Associação dos Servidores do Ministério Público Federal – ASMFP

Tema: Constitucionalidade da previdência complementar dos servidores públicos federais (EC 41/2003 e Lei 12.618/2012).

Data de ajuizamento: 21/12/2012

Relator (a): Min. André Mendonça

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

Relevância para a classe trabalhadora: Analisa a constitucionalidade da previdência complementar dos servidores públicos, com impactos nos direitos previdenciários e na segurança financeira dos trabalhadores.

ADI nº 5.326



Requerente: Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT

Tema: Autorização de trabalho de crianças e adolescentes.

Data de ajuizamento: 26/05/2015

Relator (a): Min. André Mendonça

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: –

Relevância para a classe trabalhadora: Em 2018, o Plenário suspendeu normas que atribuíram à Justiça do Trabalho a autorização para trabalho artístico de menores; o mérito ainda será analisado, visando proteger os direitos de jovens trabalhadores.

ADI nº 6.002



Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil Conselho Federal

Tema: Indicação detalhada de valores na petição inicial pós-Reforma Trabalhista.

Data de ajuizamento: 31/08/2018

Relator (a): Min. Cristiano Zanin

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Central Única dos Trabalhadores – CUT

Relevância para a classe trabalhadora: A ação questiona regras da Reforma Trabalhista sobre detalhamento de valores na petição inicial. O TST decidiu que basta indicação estimativa, facilitando o acesso à Justiça para trabalhadores.

ADI nº 6.238, 6.302, 6.266, 6.236 e 6.239



Requerente: Associação dos Magistrados Brasileiros

Tema: Questionamento de dispositivos da Lei de Abuso de Autoridade.

Data de ajuizamento: 28/09/2019

Relator (a): Min. Alexandre de Moraes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Federal; Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; PLURIS – Instituto de Direito Partidário e Político; Associação Nacional da Advocacia Criminal – ANACRIM; Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes – EDUCAFRO; Movimento de Defesa da Advocacia – MDA; Instituto de Garantias Penais – IGP; Associação dos Advogados de São Paulo – AASP

Relevância para a classe trabalhadora: Ação relevante na discussão sobre a criminalização da conduta dos magistrados em face aos princípios da independência judicial e da segurança jurídica.

ADI nº 7.847



Requerente: Aliança Nacional LGBTI, Associação Comunitária, Cultural e de Apoio Social – Fórum Nacional de Pessoas Travestis e Transexuais Negras e Negros, Associação Brasileira e Famílias Homoafetivas – ABRAFH

Tema: Falência e recuperação judicial de empresas estatais econômicas.

Data de ajuizamento: 22/07/2025

Relator (a): Min. Cármen Lúcia

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Rede Sustentabilidade – Diretório Estadual do Espírito Santo; GAETS – Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores; Instituto Brasileiro de Direito e Religião; Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)

Relevância para a classe trabalhadora: O caso discute o equilíbrio entre educação, proteção de crianças e adolescentes e direitos da população LGBTI+, impactando políticas escolares e combate à discriminação.

ADO nº 93



Requerente: Instituto Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência Oceano Azul

Tema: Omissão regulatória no transporte aéreo de pessoas com deficiência e TEA com cães de apoio emocional.

Data de ajuizamento: 29/05/2025

Relator (a): Min. Carmen Lúcia

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Urcaib – Junta de Repres das Cias Aéreas no Brasil; Associação Brasileira das Empresas Aéreas – ABEAR; IATA – International Air Transport Association

Relevância para a classe trabalhadora: Assegura direitos de pessoas com deficiência e TEA, obrigando regulamentação do transporte aéreo de cães de apoio emocional e prevenindo discriminação.

ADO nº 94



Requerente: Aliança Nacional LGBTI

Tema: Omissão legislativa sobre gratuidade na retificação de prenome e gênero para pessoas hipossuficientes.

Data de ajuizamento: 05/06/2025

Relator (a): Min. Luís Roberto Barroso

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: –

Relevância para a classe trabalhadora: Garante o direito à identidade de gênero e ao nome, removendo barreiras econômicas e assegurando dignidade e igualdade.

ADPF nº 338



Requerente: Partido Progressista – PP

Tema: Inconstitucionalidade da majorante por crime contra a honra de servidor público.

Data de ajuizamento: 23/03/2015

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: –

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão sobre princípios fundamentais da igualdade, da proporcionalidade e da proteção de direitos individuais.

ADPF nº 466



Requerente: Procurador-Geral da República

Tema: Direitos sociais e constitucionalidade de lei municipal que proíbe referência a gênero e orientação sexual na educação.

Data de ajuizamento: 09/06/2017

Relator (a): Min. Rosa Weber

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Grupo Dignidade – Pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Transgêneros

Relevância para a classe trabalhadora: O tema trata da liberdade de ensino, proteção de crianças e adolescentes, combate à discriminação e limites da legislação municipal na educação.

ADPF nº 522



Requerente: Partido Socialismo Liberdade – PSOL

Tema: Direitos sociais e constitucionalidade de leis municipais que proíbem o ensino sobre gênero nos planos municipais de educação.

Data de ajuizamento: 12/06/2018

Relator (a): Min. Marco Aurélio

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Associação Escola Sem Partido, Defensoria Pública do Estado de Pernambuco; Associação Nacional de Juristas Evangélicos – ANAJURE; Associação Nacional de Juristas Pelos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais; Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação; Associação Cidade Escola Aprendiz; Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE; Centro de Estudos Educação e Sociedade, Instituto Campanha Nacional Pelo Direito À Educação; União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME; Comitê Latino-Americano e do Caribe Para A Defesa dos Direitos das Mulheres – CLADEM/Brasil; Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos; Cepia – Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação e Ação; Instituto Maria da Penha; Centro Feminista de Estudos e Assessoria; Associação Tamo Juntas – Assessoria Jurídica Gratuita Para Mulheres Vítimas de Violência; Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT

Relevância para a classe trabalhadora: O tema aborda os limites da autonomia municipal na educação, proteção de direitos fundamentais, liberdade de ensino e combate à discriminação escolar.

ADPF nº 1.077



Requerente: Confederação Nacional da Comunicação Social – CNCS

Tema: Competência do MP para pedir dados do compliance.

Data de ajuizamento: 30/06/2023

Relator (a): Min. André Mendonça

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: –

Relevância para a classe trabalhadora: A Confederação questiona a exigência do Ministério Público de dados sigilosos de empresas, tema que afeta a transparência e a proteção dos direitos trabalhistas.

ADPF nº 1.083



Requerente: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC

Tema: Insalubridade máxima na limpeza de quartos de hotel e coleta de lixo – Súmula 448, II, do TST.

Data de ajuizamento: 28/07/2023

Relator (a): Min. Nunes Marques

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil; Associação Brasileira de Resorts; Associação Brasileira da Indústria de Hotéis; Central Brasileira do Setor de Serviços – CEBRASSE; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH; Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio e Serviços da CUT – CONTRACS; Defensoria Pública da União; Associação Brasileira de Shopping Centers – ABRASCE

Relevância para a classe trabalhadora: Definição do adicional de insalubridade máximo para trabalhadores hoteleiros, impactando remuneração e condições de trabalho.

ADPF nº 1.178



Requerente: IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração

Tema: Ação que questiona interpretação municipal que permite litígios diretos em jurisdições estrangeiras sobre fatos ocorridos no Brasil.

Data de ajuizamento: 11/06/2024

Relator (a): Min. Flávio Dino

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Central Única dos Trabalhadores – CUT; Associação Nacional dos Atingidos por Barragens; Associação Mineira de Municípios – AMM; Instituto Clima de Inovação e Tecnologia Ltda; Consórcio Público para Defesa e Revitalização do Rio Doce; Confederação Nacional de Municípios; Confederação Nacional da Indústria; Associação dos Remanescentes dos Quilombos de Produtores e Produtoras Rurais da Agricultura Familiar da Comunidade de São Domingos – Sapê do Norte, Conceição da Barra/ES; Associação dos Remanescentes dos Quilombos de Produtores Rurais da Agricultura Familiar e Pescadores da Comunidade de Morro da Onça – Sapê do Norte, Conceição da Barra/ES – ARMO; Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo; Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG; Associação Indígena Tupinikim da Aldeia Areal – AITAA

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão sobre a possibilidade de municípios brasileiros ajuizarem ações no exterior, inclusive de ressarcimento pelos desastres de Mariana e Brumadinho.

ADPF nº 1.193



Requerente: Governador do Estado do Rio de Janeiro

Tema: Precatórios em execuções trabalhistas da Imprensa Oficial do RJ.

Data de ajuizamento: 06/11/2024

Relator (a): Min. Cristiano Zanin

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: –

Relevância para a classe trabalhadora: O caso define a aplicação de precatórios em execuções trabalhistas de estatais, protegendo créditos trabalhistas e a efetividade das decisões judiciais.

ARE nº 1.498.231



Requerente: E.B.S.J.

Tema: Discussão do direito de concessão de licença-maternidade a homem servidor público integrante de união homoafetiva.

Data de ajuizamento: 11/06/2024

Relator (a): Min. Edson Fachin

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Igualdade de gênero, reconhecimento de famílias homoafetivas e proteção da criança, garantindo direitos de servidores e políticas inclusivas de parentalidade no serviço público.

ARE nº 1.524.795

Requerente: Estado de Minas Gerais

Tema: Delegação ao Executivo para definir remuneração de servidor e limites constitucionais.

Data de ajuizamento: 06/11/2024

Relator (a): Min. Edson Fachin

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Repercussão geral sobre a constitucionalidade da delegação ao Executivo para alterar parcela remuneratória de servidores, à luz da reserva legal do art. 37, X, da Cf.

RE nº 607.582

Requerente: Estado do Rio Grande do Sul

Tema: Bloqueio de verbas públicas para garantia de fornecimento de medicamentos.

Data de ajuizamento: 04/01/2010

Relator (a): Min. Luiz Fux

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Discute a possibilidade de bloqueio de verbas públicas para garantir o fornecimento de medicamentos pelo Estado.

RE nº 656.558



Requerente: Antônio Sérgio Baptista Advogados Associados S/C LTDA

Tema: Sanções impostas aos condenados por improbidade administrativa.

Data de ajuizamento: 08/09/2011

Relator (a): Min. Dias Toffoli

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Centro de Estudos das Sociedades de Advogados – CESA; União

Relevância para a classe trabalhadora: A decisão estabeleceu que o dolo (intenção) é requisito obrigatório para configurar atos de improbidade administrativa, invalidando punições por mera culpa ou negligência.

DIREITO CIVIL

ADI nº 4.966



Requerente: Partido Social Cristão – PSC

Tema: Direitos sociais e constitucionalidade da Resolução nº 175 do CNJ sobre o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

Data de ajuizamento: 06/06/2013

Relator (a): Min Gilmar Mendes

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Partido Socialismo e Liberdade – PSOL; Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro – ARPEN-RJ; Partido Popular Socialista – PPS; Antiga e Iluminada Sociedade Banksiana (Associação Eduardo Banks); Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM; Conectas Direitos Humanos, Sociedade Brasileira de Direito Público – SBDP; Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Federal; Grupo Dignidade – Pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Transgêneros e Pela Aliança Nacional LGBTI; Defensoria Pública da União

Relevância para a classe trabalhadora: Tema relevante para a atuação do CNJ na defesa dos direitos das pessoas do mesmo sexo, especialmente o casamento civil.

ADI nº 5.911



Requerente: Partido Socialista Brasileiro – PSB

Tema: A ação contesta a exigência de capacidade civil plena para a realização da esterilização, bem como o requisito de idade mínima de 21 anos ou a condição de ter pelo menos dois filhos vivos.

Data de ajuizamento: 08/03/2018

Relator (a): Min. Nunes Marques

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Centro Acadêmico de Direito da Universidade de Brasília – CADIR/UnB; Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, órgão da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – NUDEM; Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM; Sindicato dos Médicos no Estado do Paraná – SIMEPAR; Clínica Jurídica de Direitos Humanos e Direitos Sexuais e Reprodutivos – CRAVINAS; Clínica de Direitos Humanos – CDH/UFPR; Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria para Mulheres – GRITAM; Associação do Movimento Brasil Laico; Defensoria Pública da União

Relevância para a classe trabalhadora: Tema importante para a autonomia e a garantia dos direitos reprodutivos das mulheres.

ADI nº 7.606



Requerente: Partido Socialista Brasileiro – PSB

Tema: Questionamento de dispositivos da Lei 12.318/2010 sobre alienação parental.

Data de ajuizamento: 01/03/2024

Relator (a): Min. Flávio Dino

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM); Associação Mães na Luta

Relevância para a classe trabalhadora: Avalia impactos na proteção de crianças e adolescentes.

ADPF nº 1.075



Requerente: Confederação Nacional do Sistema Financeiro – CONSIF

Tema: Prazo para ajuizar ação de execução após ação coletiva.

Data de ajuizamento: 19/06/2023

Relator (a): Min. Dias Toffoli

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Central Única dos Trabalhadores – CUT

Relevância para a classe trabalhadora: A CONSIF questiona a aplicação de prazo de cinco anos para execuções coletivas, defendendo a manutenção do prazo constitucional de dois anos, o que pode impactar o asseguramento de direitos trabalhistas.

RE nº 630.852

Requerente: UNIMED – Cooperativa de Serviços de Saúde dos Vales do Taquari e Rio Pardo Ltda.

Tema: Majoração do valor da mensalidade do plano de saúde em função da idade do beneficiário contratante.

Data de ajuizamento: 30/09/2010

Relator (a): Min. Rosa Weber

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Agência Nacional de Saúde – ANS; Amil Assistência Médica Internacional S.A.; Federação Nacional de Saúde Suplementar – FENASAÚDE; GAETS – Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais nos Tribunais Superiores; Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC

Relevância para a classe trabalhadora: A ação trata sobre o reajuste em planos de saúde anteriores ao Estatuto do Idoso.

RE nº 1.057.258



Requerente: Google Brasil Internet Ltda.

Tema: Marco Civil: dever de provedor remover conteúdo ofensivo sem ordem judicial.

Data de ajuizamento: 27/06/2017

Relator (a): Min. Luiz Fux

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Facebook Serviços Online do Brasil Ltda.; Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão sobre responsabilização de provedores e plataformas de internet à luz do Marco Civil da Internet e da Lei Geral de Proteção de Dados, em contexto de “fake news”.

RE nº 1.249.945

Requerente: Empresa Municipal de Serviços Obras e Urbanização

Tema: Falência e recuperação judicial de empresas públicas e sociedades de economia mista.

Data de ajuizamento: 10/12/2019

Relator (a): Min. Flávio Dino

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: O caso define os limites legais de empresas públicas e sociedades de economia mista, impactando concorrência, segurança jurídica e a atuação estatal no mercado.

RE nº 1.415.115



Requerente: Albanira de Menezes, Sara Maria Teixeira Gomes, Maria das Dores Fernandes de Miranda, Maria de Fatima Pires de Almeida

Tema: Constitucionalidade de cláusula de previdência complementar com tempo igual de contribuição para homens e mulheres.

Data de ajuizamento: 06/12/2022

Relator (a): Min. Alexandre de Moares

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Repercussão geral sobre igualdade de gênero em cláusula de previdência complementar.

DIREITO PENAL

ADPF nº 442



Requerente: Partido Socialismo Liberdade - PSOL

Tema: Ação do PSOL questiona criminalização do aborto pelos arts. 124 e 126 do Código Penal.

Data de ajuizamento: 08/03/2017

Relator (a): Min. Flávio Dino

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Partido Social Cristão - PSC; União dos Juristas Católicos de São Paulo - UJUCASP; Instituto de Defesa da Vida e da Família - IDVF; Associação Nacional de Juristas Evangélicos - ANAJURE; Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública do Estado de São Paulo; Associação Nacional da Cidadania pela Vida; Instituto Brasileiro de Ciências Criminais; Débora Nachmanowicz de Lima; Católicas pelo Direito de Decidir; Centro Acadêmico XI de Agosto; Departamento Jurídico XI de Agosto; Coletivo Feminista Dandara; Escritório USP Mulheres; Núcleo de Prática Jurídica em Direitos Humanos (NPJ-DH) da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; Associação Brasileira de Genética Médica e Genômica; Associação Brasileira de Genética Médica; Associação Direitos Humanos em Rede - Conectas Direitos Humanos; Coletivo Feminista Sexualidade Saúde; Associação Brasileira de Antropologia; Conselho Federal de Psicologia; Criola; Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia; Defensoria Pública do Estado do Pará; Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e Ações Estratégicas da Defensoria Pública do Estado do Pará; Clínica de Atenção à Violência da Universidade Federal do Pará; Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos - Rede Feminista de Saúde; Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; Grupo Curumim Gestação e Parto; Centro Acadêmico Afonso Pena - CAAP; Divisão de Assistência Judiciária da UFMG; Clínica de Direitos Humanos da UFMG; Conselho Federal de Serviço Social - CFESS; Associação Nacional dos Prefeitos e Vice-Prefeitos da República Federativa do Brasil - ANPV; Defensoria Pública da União; Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família - Providafamília; Clínica de Direitos Humanos da UFPR; Núcleo de Estudos em Sistemas de Direitos Humanos - NESIDH/UFPR; Clinique du Droit de l'Université Paris Nanterre - EUCLID; Instituto Brasileiro de Direito e Religião; Clínica de Direitos Fundamentais da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Clínica UERJ Direitos; Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO; Sociedade Brasileira de Bioética - SBB; Centro Brasileiro de Estudos de Saúde; Associação Brasileira da Rede Unida; Associação Brasileira de Enfermagem; Associação Brasileira de Economia da Saúde; Clínica de Direitos Humanos do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa - IDP; Defensoria Pública do Estado do Paraná; Clínica Jurídica de Direitos Humanos e Direitos Sexuais e Reprodutivos (UnB) - Cravinas; Instituto de Defesa do Direito de Defesa - Márcio Thomaz Bastos; Frente Parlamentar Mista contra o Aborto e em Defesa da Vida; Frente Parlamentar Mista em Defesa da Família e Apoio à Vida; Clínica de Litigância Estratégica em Direitos Humanos da FGV Direito SP; Associação Virgem de Guadalupe; Estado de Sergipe

Relevância para a classe trabalhadora: Ação questiona dispositivos do Código Penal que criminalizam o aborto, alegando violação de direitos fundamentais como dignidade, igualdade, saúde e planejamento familiar.

AP nº 2.668

Requerente: Ministério Público Federal

Tema: Responsabilização penal por tentativa de golpe de Estado e crimes contra o Estado Democrático de Direito.

Data de ajuizamento: 11/04/2025

Relator (a): Min. Alexandre de Moraes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Define limites da responsabilização penal por crimes contra o Estado Democrático de Direito e protege instituições e soberania.

RE nº 979.742



Requerente: União

Tema: Recurso que discute se a liberdade religiosa pode justificar custeio de tratamento médico não disponível na rede pública.

Data de ajuizamento: 21/06/2016

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Associação das Testemunhas Cristãs de Jeová; Watch Tower Bible and Tract Society of Pennsylvania; Centro Brasileiro de Estudos em Direito e Religião (CEDIRE); Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE); Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais; Defensoria Pública do Estado de São Paulo; Defensoria Pública do Distrito Federal; Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo; Defensoria Pública do Estado de Pernambuco; Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul; Sociedade Brasileira de Bioética - SBB

Relevância para a classe trabalhadora: Conflito entre a liberdade religiosa e o dever do Estado de assegurar prestações de saúde universais e igualitárias. Tema de Repercussão Geral: 952

RE nº 1.562.740

Requerente: Ministério Público Federal

Tema: Imprescritibilidade do crime de redução à condição análoga à de escravo à luz dos compromissos internacionais do Brasil.

Data de ajuizamento: 08/08/2025

Relator (a): Min. Edson Fachin

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Relevância constitucional e internacional, ao proteger direitos humanos, combater o trabalho escravo e assegurar compromissos internacionais, impactando responsabilização penal e dignidade humana.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

ADI nº 2.111



Requerente: Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos - CNTM

Tema: Alterações feitas na Lei de Planos e Benefícios da Previdência Social.

Data de ajuizamento: 01/12/1999

Relator (a): Min. Nunes Marques

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro - Faaperj; Instituto de Estudos Previdenciários - Ieprev; Defensoria Pública da União

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão sobre a constitucionalidade do fator previdenciário, que reduz aposentadorias ao considerar idade, expectativa de vida e tempo de contribuição no Regime Geral de Previdência Social.

ADI nº 6.256



Requerente: Associação dos Magistrados Brasileiros e Outro(A/S)

Tema: Reforma da Previdência. Novas alíquotas previdenciárias e as regras de transição trazidas pela EC 103/2019.

Data de ajuizamento: 18/11/2019

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - PROFES; Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais - FENAPRF; Federação Nacional das Associações de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais - FENASSOJAF; Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - SINDIFISCO Nacional; Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação - SINAGÊNCIAS; Instituto Brasileiro de Direito Administrativo; Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais

Relevância para a classe trabalhadora: Debate sobre regras de transição da Emenda Constitucional 103/2019, com aumento progressivo das alíquotas para servidores públicos.

ADI nº 6.258



Requerente: Associação dos Juizes Federais do Brasil - AJUFE

Tema: Reforma da Previdência. Novas alíquotas previdenciárias e as regras de transição trazidas pela EC 103/2019.

Data de ajuizamento: 18/11/2019

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União; Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado - FONACATE; Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais - ANPPREV; Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - SINDIFISCO; Instituto Brasileiro de Direito Administrativo; Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais; Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação - SINAGÊNCIAS; Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal - CONDSEF; Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - sinasefe Nacional

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão sobre a validade das regras de transição estabelecidas pela EC 103/2019 (Reforma da Previdência); majoração e progressividade das alíquotas para servidores públicos.

ADI nº 6.271



Requerente: ANFIP – Associação Nacional dos Auditores; Fiscais da Receita Federal do Brasil

Tema: Reforma da Previdência. Novas alíquotas previdenciárias e as regras de transição trazidas pela EC 103/2019.

Data de ajuizamento: 27/11/2019

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Associação Nacional dos Membros das Carreiras da Advocacia-Geral da União – ANAJUR; Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – Fenadepol; Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União – FENAJUFE; Instituto Brasileiro de Direito Administrativo – IBDA; Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação – Sinagências; Sindicato Nacional dos(as) Servidores(as) Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE; Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – CONDSEF; Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais – ANADEF; Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – FENAPRF

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão sobre a validade das regras de transição estabelecidas pela EC 103/2019 (Reforma da Previdência): majoração e progressividade das alíquotas para servidores públicos.

ADI nº 6.279



Requerente: Partido dos Trabalhadores - PT

Tema: Reforma da Previdência. Novas alíquotas previdenciárias e as regras de transição trazidas pela EC 103/2019.

Data de ajuizamento: 06/12/2019

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais – ANADEF; Associação Nacional dos Membros das Carreiras da Advocacia-Geral da União – ANAJUR; Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – FENADEPOL; Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União – FENAJUFE; Instituto Brasileiro de Direito Administrativo – IBDA; Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação – SINAGÊNCIAS

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão sobre a validade das regras de transição estabelecidas pela EC 103/2019 (Reforma da Previdência): majoração e progressividade das alíquotas para servidores públicos.

ADI nº 6.289



Requerente: Associação dos Juizes Federais do Brasil - AJUFE

Tema: Reforma da Previdência. Novas alíquotas previdenciárias e as regras de transição trazidas pela EC nº 103/2019.

Data de ajuizamento: 17/12/2019

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais – ANADEF; Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação – SINAGÊNCIAS; Instituto Brasileiro de Direito Administrativo – IBDA; Sindifisco Nacional – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão sobre a validade das regras de transição estabelecidas pela EC 103/2019 (Reforma da Previdência): majoração e progressividade das alíquotas para servidores públicos.

ADI nº 6.309



Requerente: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI

Tema: Ação que questiona dispositivos da EC 103/2019 sobre previdência social e regras de transição.

Data de ajuizamento: 31/01/2020

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria Gráfica, da Comunicação Gráfica e dos Serviços Gráficos; Sindicato dos Eletricitários de Furnas e DME; Instituto de Estudos Previdenciários - IEPREV; Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal; Federação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal - FENADSEF; Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE Nacional; Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP); Federação Nacional dos Médicos

Relevância para a classe trabalhadora: Ação questiona idades mínimas, vedação à conversão e redução da aposentadoria especial, por violar direitos de trabalhadores em condições insalubres.

ADI nº 6.336

Requerente: Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA

Tema: Revogação da base diferenciada de contribuição para servidor com doença incapacitante.

Data de ajuizamento: 18/03/2020

Relator (a): Min. Edson Fachin

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal-SINDJUS/DF; Associação dos Juizes Federais do Brasil; Associação dos Servidores do Supremo Tribunal Federal; Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União no Rio Grande do Sul - SINTRAJUFE; Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público - SINDMPU; Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cidade Ocidental - SINDSERCOC; Sindicato dos Policiais Federais no Distrito Federal - SINDIPOL/DF; Federação Nacional dos Policiais Federais; Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União; Sindicato Nacional dos Servidores Federais Autárquicos nos Entes de Formulação, Promoção e Fiscalização da Política da Moeda e do Crédito - SINAL; Associação Mato Grossense de Magistrados; Associação Nacional dos Magistrados Estaduais

Relevância para a classe trabalhadora: Ação discute revogação da isenção parcial de aposentadoria por doenças graves prevista no art. 40, §21, da CF pela EC 103/2019.

ADI nº 6.361

Requerente: União Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle - UNACON

Tema: Contribuição de aposentados no RPPS por déficit atuarial (EC 103/2019).

Data de ajuizamento: 01/04/2020

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal - CONDSEF; Confederação Nacional dos Servidores Públicos - CNSP; Sindicato Nacional dos (as) Servidores (as) Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE

Relevância para a classe trabalhadora: Aumento da base de cálculo da contribuição de aposentados e pensionistas diante de déficit atuarial no Regime Próprio de Previdência Social.

ADI nº 6.367



Requerente: UNAFISCO NACIONAL – Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil

Tema: Vícios formais e materiais na EC 103/2019 (processo legislativo e alíquotas do RPPS).

Data de ajuizamento: 03/04/2020

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal; Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE Nacional; Instituto Brasileiro de Direito Administrativo; Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP); Confederação Nacional dos Servidores Públicos

Relevância para a classe trabalhadora: Alíquota progressiva no RPPS e possível violação a princípios como contrapartida, proporcionalidade e irredutibilidade de vencimentos.

ADI nº 6.384

Requerente: Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ADPF

Tema: Exclusão da aposentadoria por incapacidade por doença grave.

Data de ajuizamento: 14/04/2020

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF

Relevância para a classe trabalhadora: Exclusão da hipótese de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho decorrente de doença grave, contagiosa ou incurável.

ADI nº 6.385

Requerente: Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ADPF

Tema: Forma de cálculo da pensão a ser deixada por servidores públicos federais.

Data de ajuizamento: 14/04/2020

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF

Relevância para a classe trabalhadora: A ação contesta, especificamente, o cálculo que estabelece cota familiar de 50% mais 10% por dependente, podendo gerar valores inferiores ao salário-mínimo.

ADI nº 6.731

Requerente: Associação Nacional dos Agentes de Polícia do Poder Judiciário da União - AGEPOLJUS

Tema: Alíquota previdenciária progressiva de servidores federais.

Data de ajuizamento: 03/04/2021

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Inconstitucionalidade na Emenda Constitucional 103/2019, que alterou substancialmente a forma de cobrança das contribuições previdenciárias.

ADI nº 7.633



Requerente: Presidente da República

Tema: Ação do Presidente da República questiona a constitucionalidade da Lei 14.784/2023 e da MP 1.202/2023.

Data de ajuizamento: 24/04/2024

Relator (a): Min. Cristiano Zanin

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Confederação Nacional de Municípios; Federação das Indústrias do Estado do Paraná; Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV; Confederação Nacional de Serviços - CNS; Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais - ABIPEM; Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos

Relevância para a classe trabalhadora: Desoneração de impostos sobre a folha de pagamento de 17 setores da economia e de determinados Municípios até o ano de 2027.

ADI nº 7.773



Requerente: Confederação Nacional da Indústria

Tema: Questionamento de dispositivos e interpretações da Lei 8.213/1991 e normas previdenciárias correlatas.

Data de ajuizamento: 20/12/2024

Relator (a): Min. Alexandre de Moraes

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Ação questiona dispositivos legais e normativos da Lei 8.213/91 e regulamentações previdenciárias, buscando sua inconstitucionalidade para garantir direitos justos.

ADPF nº 1.236

Requerente: Presidente da República

Tema: Responsabilidade estatal por falha na fiscalização de descontos em proventos do INSS.

Data de ajuizamento: 12/06/2025

Relator (a): Min. Dias Toffoli

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário - IBDP

Relevância para a classe trabalhadora: O caso trata da responsabilidade estatal na fiscalização de acordos que afetam benefícios do INSS, garantindo proteção financeira e segurança jurídica aos segurados.

ARE nº 1.347.526

Requerente: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Tema: Constitucionalidade das MPs 739/2016 e 767/2017 na fixação automática da cessação do auxílio-doença.

Data de ajuizamento: 17/09/2021

Relator (a): Min. Cristiano Zanin

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Instituto de Estudos Previdenciários - IEPREV (Núcleo de Pesquisa e Defesa dos Direitos Sociais)

Relevância para a classe trabalhadora: Discute a constitucionalidade das Medidas Provisórias 739/2016 e 767/2017 sobre cessação automática do auxílio-doença sem perícia médica.

RE nº 722.528

Requerente: Caixa de previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI

Tema: Faturamento para PIS e COFINS nas EFPC.

Data de ajuizamento: 13/11/2012

Relator (a): Min. Dias Toffoli

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Constitucionalidade da cobrança de tributos sobre os rendimentos de fundos de pensão.
Tema de Repercussão Geral 1.280 do STF.

RE nº 1.072.485



Requerente: Sollo Sul Insumos Agrícolas Ltda.

Tema: Recurso que discute a natureza do terço constitucional de férias para fins de contribuição previdenciária patronal.

Data de ajuizamento: 01/09/2017

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Natureza jurídica do terço constitucional de férias, indenizadas ou gozadas, para fins de incidência da contribuição previdenciária patronal. Tema de Repercussão Geral: 985

RE nº 1.276.977

Requerente: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Tema: Aplicação da regra mais vantajosa no cálculo previdenciário (revisão da vida toda).

Data de ajuizamento: 22/06/2020

Relator (a): Min. Alexandre de Moraes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão sobre a tese “Revisão da Vida Toda”. O STF, ao julgar embargos de declaração, derrubou a tese da Revisão da Vida Toda, decidindo contra a inclusão de salários anteriores a julho de 1994.

RE nº 1.384.562



Requerente: União

Tema: Alíquotas progressivas de contribuição previdenciária de servidores (EC 103/2019 – Tema 1226).

Data de ajuizamento: 19/05/2022

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (Ibdp); Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público - SINDMPPU; Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE Nacional; Município de São Paulo; Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais - FENAPRF; Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Andes - Sindicato Nacional; Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal - ADPF

Relevância para a classe trabalhadora: Questão sobre a possibilidade de alíquotas progressivas de contribuições previdenciárias para servidores federais conforme EC 103/2019.

RE nº 1.412.919



Requerente: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Tema: Extensão da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social (GDASS) a inativos e pensionistas.

Data de ajuizamento: 22/11/2022

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Discute-se se a pontuação mínima da GDASS prevista na Lei 13.324/2016 deve ser estendida aos servidores inativos com paridade remuneratória.

RE nº 1.469.150

Requerente: Presidente da República

Tema: Aposentadoria por incapacidade e garantia de benefício integral segundo a EC 103/2019.

Data de ajuizamento: 12/06/2025

Relator (a): Min. Dias Toffoli

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Instituto Brasileiro De Direito Previdenciário (IBDP)

Relevância para a classe trabalhadora: O caso discute os limites da Reforma da Previdência para doenças graves, afetando o direito a benefícios integrais e a proteção previdenciária dos trabalhadores.

RE nº 1.520.468



Requerente: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Tema: Natureza previdenciária ou assistencial do afastamento de mulheres vítimas de violência doméstica.

Data de ajuizamento: 16/10/2024

Relator (a): Min. Flávio Dino

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Instituto Brasileiro De Direito Previdenciário (Ibdp); Instituto De Estudos Previdenciários - IEPREV; Defensoria Pública Da União

Relevância para a classe trabalhadora: Debate sobre o custeio e a natureza do afastamento remunerado previsto na Lei Maria da Penha.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

AR nº 2.876



Requerente: União

Tema: Ato jurídico perfeito e coisa julgada.

Data de ajuizamento: 13/07/2021

Relator (a): Min. Gilmar Mendes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão sobre a modulação *ex nunc* da decisão que declarou inconstitucional dispositivo do CPC sobre o prazo da ação rescisória.

RE nº 1.412.069

Requerente: União

Tema: Honorários advocatícios.

Data de ajuizamento: 18/11/2022

Relator (a): Min. André Medonça

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão sobre os limites da apreciação equitativa na fixação de honorários em causas de alto valor, conforme o Tema 1.076 do Superior Tribunal de Justiça.

DIREITOS TRABALHISTAS

ADC nº 80



Requerente: Confederação Nacional do Sistema Financeiro – CONSIF

Tema: Comprovação de hipossuficiência para gratuidade da justiça trabalhista.

Data de ajuizamento: 11/04/2022

Relator (a): Min. Edson Fachin

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Central Única dos Trabalhadores – CUT

Relevância para a classe trabalhadora: O julgamento discute ampliar o acesso à justiça gratuita, beneficiando trabalhadores que ganham até R\$ 5 mil ou permitem autodeclaração de hipossuficiência, garantindo maior proteção judicial à classe trabalhadora.

ADC nº 86



Requerente: Confederação Nacional do Sistema Financeiro – CONSIF

Tema: Interrupção da prescrição para discutir créditos trabalhistas.

Data de ajuizamento: 30/06/2023

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: A CONSIF pede a constitucionalidade do art. 11, §3º, da CLT, defendendo que a prescrição trabalhista só se interrompe com a reclamação ajuizada, diante de decisões que têm gerado insegurança jurídica.

ADC nº 92



Requerente: Central Única dos Trabalhadores – CUT

Tema: Ação que questiona dispositivos da Lei 14.611/2023 e normas correlatas sobre igualdade salarial entre homens e mulheres.

Data de ajuizamento: 20/09/2024

Relator (a): Min. Alexandre de Moraes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Ação busca declarar constitucional dispositivos da Lei de Igualdade Salarial (Lei 14.611/2023), assegurando não discriminação e igualdade de gênero no trabalho.

ADI nº 2.527



Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB

Tema: Transcendência no recurso de revista e honorários contra o poder público.

Data de ajuizamento: 14/09/2001

Relator (a): Min. Cármen Lúcia

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Constitucionalidade da MP 2.226/2001 sobre requisito de “transcendência” e fim do pagamento de honorários públicos em ações perdidas.

ADI nº 6.002

Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil - Conselho Federal

Tema: Inconstitucionalidade da exigência de pedido certo e com valor na reclamação trabalhista.

Data de ajuizamento: 31/08/2018

Relator (a): Min. Cristiano Zanin

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB Nacional; Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; Associação Brasileira do Agronegócio; Confederação Nacional do Transporte; Confederação Nacional da Indústria; Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL; Associação Brasileira de Magistrados do Trabalho - ABMT

Relevância para a classe trabalhadora: Trata da limitação da condenação trabalhista ao valor da causa inicial, tema relevante que impacta a fase de cálculo de indenizações e honorários de advogados.

ADI nº 6.142



Requerente: Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos

Tema: Dispensa de homologação sindical na Reforma Trabalhista.

Data de ajuizamento: 22/05/2019

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Os ministros analisam a dispensa da participação sindical na homologação de demissões, tema crucial para garantir proteção e assistência aos trabalhadores em desligamentos individuais e coletivos.

ADI nº 7.524



Requerente: Procurador-Geral da República

Tema: Uniformização das licenças parentais no serviço público e militar estadual à luz do modelo federal.

Data de ajuizamento: 24/11/2023

Relator (a): Min. Nunes Marques

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Uniformização das licenças parentais nos Estados, garantindo isonomia entre servidores e proteção constitucional à família.

ADI nº 7.612



Requerente: Confederação Nacional da Indústria e Outro(A/S)

Tema: Questionamento de dispositivos da Lei 14.611/2023 e normas trabalhistas relacionadas.

Data de ajuizamento: 13/03/2024

Relator (a): Min. Alexandre de Moraes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Questiona a Lei 14.611/2023, o Decreto 11.795/2023 e a Portaria MTE 3.714/2023 sobre igualdade salarial e cumprimento de normas trabalhistas.

ADI nº 7.631



Requerente: Partido Novo

Tema: Questionamento da Lei 14.611/2023, Decreto 11.795/2023 e Portaria MTE 3.714/2023 sobre igualdade salarial.

Data de ajuizamento: 17/04/2024

Relator (a): Min. Alexandre de Moraes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Questiona os arts. 4º e 5º da Lei 14.611/2023, o Decreto 11.795/2023 e a Portaria MTE 3.714/2023, sobre igualdade salarial e equidade no trabalho.

ADI nº 7.668



Requerente: Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e Outro(A/S)

Tema: Exclusão de vigilantes armados do cômputo de cotas para PCD e jovens aprendizes por risco à vida.

Data de ajuizamento: 07/06/2024

Relator (a): Min. Gilmar Mendes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: –

Relevância para a classe trabalhadora: Ação pede ineficácia parcial do art. 93 da Lei 8.213/91 e art. 429 da CLT para excluir trabalhadores em risco de morte do cômputo de cotas.

ADI nº 7.693



Requerente: Associação Brasileira das Empresas de Transporte de Valores (ABTV)

Tema: Exclusão de vigilantes armados do cômputo de cotas por risco à vida.

Data de ajuizamento: 05/08/2024

Relator (a): Min. Gilmar Mendes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: –

Relevância para a classe trabalhadora: Ação pede ineficácia parcial do art. 93 da Lei 8.213/91 e art. 429 da CLT para excluir trabalhadores em risco de morte do cômputo de cotas.

ADO nº 73



Requerente: Procurador-Geral da República

Tema: Proteção do trabalhador em face da automação.

Data de ajuizamento: 07/11/2022

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Central Única dos Trabalhadores – CUT; Partido Socialista Brasileiro – PSB; Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho; Confederação Nacional da Indústria

Relevância para a classe trabalhadora: Ação em que o PGR aponta a mora do Congresso em regulamentar o art. 7º, XXVII, da Cf, sobre proteção dos trabalhadores diante da automação.

ADO nº 81



Requerente: Procurador-Geral da República

Tema: Ação que questiona omissão do Congresso em regulamentar proteção contra despedida arbitrária (art. 7º, I, CF).

Data de ajuizamento: 31/07/2023

Relator (a): Min. Cármen Lúcia

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Central Única dos Trabalhadores - CUT; Defensoria Pública da União - DPU; Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho - ANPT

Relevância para a classe trabalhadora: Destaca a importância do direito à proteção contra despedida sem justa causa e a necessidade de lei complementar para sua efetivação.

ADPF nº 422

Requerente: Confederação Nacional da Indústria

Tema: A constitucionalidade da autorização estatal para prorrogação de jornada em atividade insalubre.

Data de ajuizamento: 13/09/2016

Relator (a): Min. Luiz Fux

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: A importância está em definir os limites entre a proteção à saúde do trabalhador e a autonomia da negociação coletiva, à luz da Constituição.

ADPF nº 509



Requerente: Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias - ABRAINC

Tema: Inconstitucionalidade da "lista suja" do trabalho escravo (Portaria MTPS 4/2016).

Data de ajuizamento: 26/01/2018

Relator (a): Min. André Mendonça

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Central Única dos Trabalhadores - CUT; Conectas Direitos Humanos; Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG

Relevância para a classe trabalhadora: Validou a constitucionalidade da "lista suja" do trabalho escravo (Portaria Interministerial 4/2016). É fundamental para o combate e a transparência de empregadores que exploram mão de obra análoga à escravidão.

ADPF nº 606

Requerente: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

Tema: Competência de auditores para reconhecer vínculos de emprego no setor agrícola.

Data de ajuizamento: 29/07/2019

Relator (a): Min. Gilmar Mendes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT

Relevância para a classe trabalhadora: A ação pode limitar a atuação dos auditores-fiscais do trabalho em suas atribuições administrativas.

ADPF nº 615



Requerente: Governador do Distrito Federal

Tema: Ação do Governo do Distrito Federal sobre execução de sentenças e gratificação de docentes da educação especial.

Data de ajuizamento: 27/08/2019

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Sindicato dos Professores no Distrito Federal – SINPRO/DF

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão sobre os limites da coisa julgada em gratificações a docentes.

ADPF nº 862



Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil Conselho Federal

Tema: Ação que questiona estabilidade de empregados da OAB/RJ e violação à autonomia da entidade.

Data de ajuizamento: 30/06/2021

Relator (a): Min. Luiz Fux

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Sindicato dos Servidores das Autarquias de Fiscalização Profissional e Entidades Coligadas no Estado do Rio de Janeiro – SINSAFISPRO

Relevância para a classe trabalhadora: Ação questiona decisões da Justiça do Trabalho sobre a estabilidade de empregados da OAB/RJ, sob a ótica da entidade.

ADPF nº 972



Requerente: Associação Brasileira de Proteína Animal

Tema: Pausas e intervalos da CLT aplicáveis às empresas avícolas.

Data de ajuizamento: 13/05/2022

Relator (a): Min. Edson Fachin

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Debate sobre os limites da interpretação da CLT quanto à ampliação de pausas e intervalos a atividades específicas.

ADPF nº 1.058



Requerente: ABRAFI - Associação Brasileira das Mantenedoras de Faculdades

Tema: Ação da ABRAFI contra decisões da Justiça do Trabalho que presumem tempo à disposição de professores durante intervalos.

Data de ajuizamento: 14/04/2023

Relator (a): Min. Gilmar Mendes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior - ABMES; Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino; Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo - SEMESP; Federação Nacional das Escolas Particulares - FENEP; Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal; Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Privado, nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Pará, Rondônia e no Distrito Federal; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE); Associação Nacional das Universidades Particulares - ANUP

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão sobre o tempo à disposição do empregador e o direito dos professores à remuneração do recreio, conforme entendimento do Tribunal Superior do Trabalho.

ADPF nº 1.068



Requerente: Governador do Estado do Espírito Santo

Tema: Ação do Governador do ES contra interpretação das Normas Regulamentadoras (NRs) sobre servidores públicos.

Data de ajuizamento: 24/05/2023

Relator (a): Min. Flávio Dino

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Estado do Acre; Estado de Alagoas; Estado do Amapá; Estado do Amazonas; Estado da Bahia; Estado do Ceará; Estado do Mato Grosso do Sul; Estado de Minas Gerais; Estado do Pará; Estado da Paraíba; Estado do Paraná; Estado de Pernambuco; Estado do Piauí; Estado do Rio de Janeiro; Estado do Rio Grande do Sul; Estado de Roraima; Estado de Santa Catarina; Estado de São Paulo; Estado de Sergipe; Estado do Tocantins; Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA; Município de Unaí/MG

Relevância para a classe trabalhadora: O Governo do Espírito Santo contesta a aplicação das Normas Regulamentadoras a servidores por violar a autonomia estadual e a competência da Justiça do Trabalho.

ADPF nº 1.149



Requerente: Partido Novo

Tema: Limites da Justiça do Trabalho na aplicação da Lei de Franquias.

Data de ajuizamento: 14/05/2024

Relator (a): Min. Alexandre de Moraes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Central Única Dos Trabalhadores – CUT

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão sobre os limites da atuação da Justiça do Trabalho na aplicação da Lei de Franquias.

ADPF nº 1.179



Requerente: Governador do Estado do Espírito Santo

Tema: Ação que contesta decisões da JT/ES que determinaram penhora de bens da CETURB por violar preceitos constitucionais.

Data de ajuizamento: 27/06/2024

Relator (a): Min. André Mendonça

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Ação que discute decisões da Justiça do Trabalho à luz dos princípios constitucionais da separação de poderes, da igualdade e artigos referentes ao pagamento de precatório.

ADPF nº 1.181



Requerente: Governador do Estado do Espírito Santo

Tema: Ação que contesta interpretação da CLT e NRs sobre insalubridade e segurança do trabalho pelo TST e TRT-17.

Data de ajuizamento: 16/07/2024

Relator (a): Min. Alexandre de Moraes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Discute a responsabilidade do Poder Público no pagamento de adicionais trabalhistas previstos em convenções coletivas de empresas terceirizadas.

ADPF nº 1.218



Requerente: Governador do Estado de São Paulo

Tema: Modulação temporal dos efeitos de decisões do STF sobre títulos judiciais da Justiça do Trabalho.

Data de ajuizamento: 14/04/2025

Relator (a): Min. Cristiano Zanin

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: A ação pode barrar efeitos de decisões judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho da 2ª e 15ª Região, e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que estenderam o reajuste fixado pelo Conselho de Reitores das Universidades do Estado de São Paulo (Cruesp) aos empregados públicos de outras autarquias estaduais não contempladas pela política remuneratória.

ARE nº 1.018.459



Requerente: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, de Máquinas, Mecânicas, de Material Elétrico, de Veículos Automotores, de Autopeças e de Componentes e Partes Para Veículos Automotores da Grande Curitiba

Tema: Inconstitucionalidade da contribuição assistencial a não sindicalizados.

Data de ajuizamento: 19/12/2016

Relator (a): Min. Gilmar Mendes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Julga a constitucionalidade da cobrança da contribuição assistencial, por acordo ou convenção coletiva, inclusive de empregados não sindicalizados (Tema 935), o que pode impactar diretamente o custeio das atividades dos sindicatos.

ARE nº 1.458.842

Requerente: WMS Supermercados do Brasil Ltda.

Tema: Agravo sobre programa de dispensa da WMS e interpretação de cláusulas contratuais.

Data de ajuizamento: 19/09/2023

Relator (a): Min. Cármen Lúcia

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Central Única dos Trabalhadores - CUT; WMS Supermercados do Brasil LDТА.; WMB Supermercados do Brasil LDТА.; Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT; Sindicato Intermunicipal do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do Estado do Rio Grande do Sul; Federação dos Empregados no Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul; Sindicato dos Empregados no Comércio de Osasco e Região

Relevância para a classe trabalhadora: Questiona se a norma interna criada pelo Walmart (chamada "Política de Orientação para Melhoria") adere ao contrato de trabalho e limita o poder da empresa de demitir.

ARE nº 1.520.376

Requerente: União

Tema: Legitimidade extraordinária de Federação Sindical para o ajuizamento de ação coletiva.

Data de ajuizamento: 15/10/2024

Relator (a): Min. Nunes Marques

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Federação das Indústrias do Estado do Paraná; Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG; Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Poder Judiciário Federal e Ministério Público da União – FENAJUFE; Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – FENAPRF; Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais – FENAMP; Sindicato dos Médicos no Estado do Paraná, Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB; Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP

Relevância para a classe trabalhadora: A ação pode definir a legitimidade das federações sindicais para a defesa de direitos trabalhistas, garantindo representatividade e acesso à justiça na ausência de sindicato local. Tema de Repercussão Geral 1355 do STF.

ARE nº 1.532.603



Requerente: Gustavo Ribas da Silva

Tema: Competência e ônus da prova em ações por fraude na contratação de PJ ou autônomo.

Data de ajuizamento: 10/01/2025

Relator (a): Min. Gilmar Mendes

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: União Geral dos Trabalhadores – UGT; Central Única dos Trabalhadores – CUT

Relevância para a classe trabalhadora: O caso discute a prova de fraude em contratos e a legalidade da contratação de autônomos ou empresas, com impacto direto na proteção de direitos trabalhistas.

RCL nº 57.848

Requerente: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT

Tema: Reclamação da ECT sobre terceirização e preterição de concursados.

Data de ajuizamento: 07/02/2023

Relator (a): Min. Luiz Fux

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Reafirma a proteção ao concurso público e limita o uso da Reclamação Constitucional contra decisões da Justiça do Trabalho.

RCL nº 59.795

Requerente: Cabify Agência de Serviços de Transporte de Passageiros Ltda.

Tema: Reconhecimento de vínculo de emprego de um motorista com a plataforma Cabify.

Data de ajuizamento: 16/05/2023

Relator (a): Min. Alexandre de Moraes

Órgão Julgador: -

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão sobre a configuração ou não de vínculo de emprego nas novas modalidades de relações de trabalho.

RCL nº 64.018



Requerente: Rappi Brasil Intermediação de Negócios Ltda.

Tema: Reconhecimento de vínculo de emprego de um motofretista com a plataforma Rappi.

Data de ajuizamento: 23/11/2023

Relator (a): Min. Alexandre de Moraes

Órgão Julgador: -

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão sobre a configuração ou não de vínculo de emprego nas novas modalidades de relações de trabalho.

RCL nº 68.609

Requerente: Notre Dame Intermedica Saude S.A.

Tema: Reclamação com pedido liminar contra decisão do TRT da 2ª Região.

Data de ajuizamento: 28/05/2024

Relator (a): Min. Gilmar Mendes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: O caso trata da viabilidade de terceirização e formas de organização do trabalho distintas da CLT, buscando cassar decisões da Justiça do Trabalho que reconheciam vínculo empregatício.

RE nº 586.068



Requerente: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Tema: Aplicação do art. 741 do CPC nos Juizados Especiais Federais e efeitos de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre coisa julgada.

Data de ajuizamento: 07/05/2008

Relator (a): Min. Gilmar Mendes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Debate sobre a relativização da coisa julgada diante de decisões do Supremo Tribunal Federal que declaram leis inconstitucionais, em equilíbrio com a segurança jurídica. Tema de Repercussão Geral 100 do STF.

RE nº 631.053

Requerente: Centro de Ensino Unificado de Brasília - UNICEUB

Tema: Demissão de professor sem inquérito administrativo prévio previsto em regimento interno.

Data de ajuizamento: 05/10/2010

Relator (a): Min. Nunes Marques

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ABMES; Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – CONFENEM; Sindicato dos Professores de Ensino Superior de Curitiba e Região Metropolitana – SINPES; Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES

Relevância para a classe trabalhadora: Direitos do professor, estabelecidos por regimento interno de instituição privada de ensino.

RE nº 1.298.647



Requerente: Estado de São Paulo

Tema: Recurso que discute a responsabilidade subsidiária do Poder Público em obrigações trabalhistas de terceirizados.

Data de ajuizamento: 11/11/2020

Relator (a): Min. Nunes Marques

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Central Única dos Trabalhadores - CUT; Associação Brasileira de Magistrados do Trabalho - ABMT; União; ABRAF - Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais; Estado do Amapá; Estado de Alagoas; Estado do Amazonas; Estado do Acre; Estado da Bahia; Estado do Ceará; Estado do Espírito Santo; Estado de Goiás; Estado do Maranhão; Estado de Minas Gerais; Estado de Mato Grosso do Sul; Estado de Mato Grosso; Estado do Pará; ABMT - Associação Brasileira de Magistrados do Trabalho; Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras; Estado da Paraíba; Estado do Piauí; Estado do Paraná; Estado de Pernambuco; Estado do Rio de Janeiro; Estado do Rio Grande do Norte; Estado do Rio Grande do Sul; Estado de Rondônia; Estado de Roraima; Estado de Santa Catarina; Estado de Sergipe; Estado de Tocantins; Distrito Federal; Federação Nacional dos Sindicatos de Empresas de Recursos Humanos, Trabalho Temporário e Terceirizado - FENASERHHTT; Município de São Paulo; ABRAT - Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas

Relevância para a classe trabalhadora: Ônus da prova na culpa da Administração na fiscalização de terceirizada, para responsabilidade subsidiária, conforme tese do RE 760.931. Tema de Repercussão Geral: 1118.

RE nº 1.323.708



Requerente: Ministério Público Federal

Tema: Trabalho degradante: critérios locais e padrão probatório para crime de condição análoga à escravidão.

Data de ajuizamento: 26/04/2021

Relator (a): Min. Edson Fachin

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da Faculdade de Direito da UFMG; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT; Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT; Clínica de Direitos Humanos e Direito Ambiental da Escola de Direito da Universidade do Estado do Amazonas - ED/UEA; Clínica de Direitos Humanos da Amazônia da Universidade Federal do Pará - UFPA; Laboratório de Direitos Humanos - LABDH; Clínica de Enfrentamento ao Trabalho Escravo - CETE, vinculados à Universidade Federal de Uberlândia; USP BUSINESS & HUMAN RIGHTS WORKING GROUP - USP B&HR WG; Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA; Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG; Central Única dos Trabalhadores - CUT; União

Relevância para a classe trabalhadora: Discute-se os elementos necessários para condenação por crime de redução à condição análoga à de escravo.

RE nº 1.368.225



Requerente: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Tema: Reconhecimento da atividade de vigilante como especial por exposição ao perigo, antes ou após a EC 103/2019.

Data de ajuizamento: 15/02/2022

Relator (a): Min. Nunes Marques

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: União; Sindicato dos Delegados de Polícia Federal no Paraná; Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores – FENAVIST; Confederação Nacional dos Vigilantes e Prestadores de Serviços na Atividade de Segurança Privada

Relevância para a classe trabalhadora: Reconhecimento da atividade de vigilante como especial, impactando aposentadorias e a proteção previdenciária de trabalhadores expostos a risco.

RE nº 1.387.795



Requerente: Rodovias das Colinas S/A

Tema: Inclusão de empresa do grupo econômico na execução trabalhista sem participação na fase de conhecimento.

Data de ajuizamento: 06/08/2022

Relator (a): Min. Dias Toffoli

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins; Confederação Nacional do Transporte; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT; Confederação Nacional do Comercio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; Cruz Vermelha Brasileira; Confederação Nacional da Indústria – CNI; Conexis Brasil Digital – Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel, Celular e Pessoal

Relevância para a classe trabalhadora: Possibilidade da inclusão, no polo passivo de execução trabalhista, de pessoa jurídica reconhecida como do grupo econômico.

RE nº 1.446.336

Requerente: Uber do Brasil Tecnologia Ltda.

Tema: Uber. Vínculo de emprego.

Data de ajuizamento: 29/06/2023

Relator (a): Min. Edson Fachin

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Central Única dos Trabalhadores – CUT; Movimento Inovação Digital; Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia – AMOBITEC; Sindicato dos Permissionários de Táxis e Motoristas Auxiliares do Distrito Federal; Sindicato dos Motoristas Autônomos de Transportes Privado Individual por Aplicativos no Distrito Federal – SINDMAAP-DF; Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho; Associação Brasileira de Liberdade Econômica; Associação dos Trabalhadores por Aplicativo e Motociclistas do Distrito Federal e Entorno – ATAM-DF; Associação Brasileira de Juristas pela Democracia – ABJD; 99 Tecnologia LTDA; Associação Brasileira de Condutores de Veículos Automotores – ABRAVA; Solidarity Center, AFL-CIO; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CNTSS/CUT; Sindicato dos Motoristas de Transporte Privado Individual de Passageiros por Aplicativos do Rio Grande do Sul – SIMTRAPILI-RS; Frente Ampla Democrática pelos Direitos Humanos – FADDH; União; Sindicato de Motoristas de Transportes por Aplicativo do Estado do Pará – SINDTAPP; Sindicato dos Trabalhadores com Aplicativos de Transporte Terrestre Intermunicipal do Estado de São Paulo – STATTESP; Observatório Nacional de Segurança Viária; Instituto dos Advogados Previdenciários – Conselho Federal – IAPE; IFOOD.COM Agência de Restaurantes Online S.A.; Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP); Força Sindical; Defensoria Pública da União; Sindicato dos Prestadores de Serviços por meio de Apps e Software para Dispositivos Eletrônicos do Rio de Janeiro e Região Metropolitana – SINDMOBI; Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho do Paraná – SINJUTRA; Sindicato dos Trabalhadores em Aplicativos de Transportes do Rio Grande do Norte – SINTAT/RN

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão sobre a configuração ou não de vínculo de emprego nas novas modalidades de relações de trabalho.

RE nº 1.519.008



Requerente: Maria Miranda Gomes

Tema: Aposentadoria compulsória de empregado público aos 75 anos.

Data de ajuizamento: 02/10/2024

Relator (a): Min. Gilmar Mendes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – FENASPS; Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.; Associação Nacional dos Beneficiários dos Planos de Regulamento Básico e Regulamento dos Planos de Benefícios – ANBERR; Federação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal – FENADSEF; Associação dos Funcionários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – AFBNDES; Associação dos Empregados da FINEP – AFIN; Associação dos Profissionais dos Correios – ADCAP; Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP); Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios, Telégrafos e Similares – FENTECT; Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas da CERES – ANAPEC; União

Relevância para a classe trabalhadora: O STF decidirá se mudança introduzida pela Reforma da Previdência de 2019 exige lei complementar para ser regulamentada ou se empregado público deve ser desligado do cargo automaticamente ao fazer 75 anos de idade.

RE nº 1.563.850

Requerente: Margarida Bezerra Ribeiro; Eunice Miquelino Ferreira; Alair de Barros Correia Valente; Debora Lemos de Messias; Orlando Pontes Fragoso; Maria Eliane Lemos da Fonseca; Maria Jose Duarte Rocha

Tema: Eficácia do título judicial em ação coletiva de sindicato de âmbito estadual e seus limites subjetivos e territoriais.

Data de ajuizamento: 18/08/2025

Relator (a): Min. Edson Fachin

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Relevância constitucional e trabalhista, definindo os efeitos das decisões em ações coletivas sindicais e seu impacto sobre tutela coletiva, representatividade sindical e segurança jurídica.

DIREITO TRIBUTÁRIO

ADI nº 4.395



Requerente: Associação Brasileira de Frigoríficos – ABRAFRIGO

Tema: Ação que questiona o art. 1º da Lei 8.540/1992, que alterou dispositivos da Lei 8.212/1991, sobre as normas que tratam da contribuição social de produtores rurais ao Funrural.

Data de ajuizamento: 19/03/2010

Relator (a): Min. Gilmar Mendes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes – ABIEC; Associação Nacional de Defesa dos Agricultores Pecuáristas e Produtores da Terra – ANDATERRA; Associação Brasileira da Indústria do Arroz – ABIARROZ; Associação Brasileira dos Criadores de Zebu; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional do Paraná/SENAR-PR; Sociedade Rural Brasileira; Associação de Frigoríficos de Minas Gerais, Espírito Santo e Distrito Federal – AFRIG; Associação dos Produtores de Soja do Rio Grande do Sul – APROSOJA-RS

Relevância para a classe trabalhadora: O tema é relevante, pois envolve o equilíbrio entre justiça social, financiamento da seguridade social e segurança jurídica nas relações trabalhistas no campo.

ADI nº 7.641



Requerente: Associação dos Magistrados Brasileiros

Tema: Questionamento da LC 200/2023 sobre alcance do Novo Arcabouço Fiscal ao Judiciário da União.

Data de ajuizamento: 08/05/2002

Relator (a): Min. Alexandre de Moraes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Ação questiona art. 3º da LC 200/2023 (Novo Arcabouço Fiscal) por afetar inconstitucionalmente o Poder Judiciário e a separação dos poderes.

ADO nº 55



Requerente: Partido Socialismo Liberdade - PSOL

Tema: Omissão legislativa na regulamentação do imposto sobre grandes fortunas.

Data de ajuizamento: 02/10/2019

Relator (a): Min. Marco Aurélio

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Trata da efetividade de normas constitucionais ligadas à regulamentação legislativa, debatendo justiça tributária, capacidade contributiva e redução de desigualdades sociais.

RE nº 591.797

Requerente: Itaú Unibanco S/A

Tema: Correção monetária de depósitos em cadernetas de poupança/Planos econômicos Collor I.

Data de ajuizamento: 25/08/2008

Relator (a): Min. Cármen Lúcia

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão sobre a correção da poupança pelos expurgos inflacionários do Plano Collor I, visando à preservação da renda do poupador.

RE nº 595.107

Requerente: Electrolux do Brasil S/A

Tema: Cálculo dos índices de correção monetária quando da implantação do Plano Real.

Data de ajuizamento: 14/11/2008

Relator (a): Min. Nunes Marques

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Caracterização ou não de expurgo inflacionário quando da implantação do Plano Real, pela forma de cálculo da correção monetária prevista no art. 38 da Lei 8.880/94.

RE nº 600.010

Requerente: Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo - CAASP

Tema: Imunidade tributária para Caixa de Assistência equiparada a entidade beneficente.

Data de ajuizamento: 21/05/2009

Relator (a): Min. Nunes Marques

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios - ABIMO; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB; Caixa de Assistência dos Advogados do Rio de Janeiro - CAARJ; Caixa de Assistência dos Advogados de Minas Gerais

Relevância para a classe trabalhadora: Equiparação de Caixa de Assistência de grupo profissional a entidades beneficentes de assistência social para fins de imunidade tributária.

RE nº 607.109



Requerente: Sulina Embalagens Ltda.

Tema: Recurso que discute a apropriação de créditos de PIS e COFINS sobre resíduos e desperdícios.

Data de ajuizamento: 10/12/2009

Relator (a): Min. Gilmar Mendes

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis - ANCAT; Associação Brasileira da Indústria de Material Plástico - ABIPLAST; Instituto Aço Brasil; Associação Brasileira de Recicladores - RECIBRAS

Relevância para a classe trabalhadora: Apropriação de créditos de PIS e COFINS na aquisição de desperdícios, resíduos ou aparas.

RE nº 626.307

Requerente: Banco do Brasil S/A

Tema: Correção de poupança por expurgos dos Planos Bresser e Verão.

Data de ajuizamento: 15/06/2010

Relator (a): Min. Cármen Lúcia

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP; Banco Central do Brasil - BACEN; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão sobre expurgos inflacionários dos Planos Bresser e Verão na poupança. Processo suspenso em 2018 e ainda não retomado.

RE nº 835.818



Requerente: União

Tema: Possibilidade da exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Data de ajuizamento: 11/09/2014

Relator (a): Min. André Mendonça

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão sobre os limites da tributação federal sobre incentivos fiscais estaduais, com impacto no pacto federativo e na segurança jurídica. Tema de Repercussão Geral 843.

RE nº 949.297 e 955.227



Requerente: União

Tema: Constitucionalidade da instituição da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).

Data de ajuizamento: 19/02/2016

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP; Ordem dos Advogados do Brasil Conselho Federal - OAB; Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos para Fins Industriais, Petroquímicas e de Resinas Sintéticas de CAMAC

Relevância para a classe trabalhadora: Limites da coisa julgada tributária diante de decisão do STF que declara constitucional tributo antes considerado inconstitucional.

RE nº 1.141.156



Requerente: Banco do Brasil S/A

Tema: Expurgos inflacionários sobre valor depositado judicialmente.

Data de ajuizamento: 20/06/2018

Relator (a): Min. Edson Fachin

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Os ministros discutirão se os expurgos inflacionários devem integrar a correção de depósitos judiciais, afetando diretamente ações trabalhistas.

DIREITOS SOCIAIS

ACO nº 1.100



Requerente: Faustino Feliciano e Outro(A/S)

Tema: Fixação de conceitos para caracterização de terra indígena.

Data de ajuizamento: 22/11/2007

Relator (a): Min. Edson Fachin

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Defensor Público-Geral Federal; Justiça Global; Conectas Direitos Humanos; Fundação Luterana de Diaconia; Movimento de Defesa da Propriedade e Dignidade e Justiça Social - DPD; Município de Saudades; Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB; Instituto Socioambiental

Relevância para a classe trabalhadora: A ação discute a anulação da portaria de 2003 sobre a reserva Ibirama-La Klãnô (SC) e seus efeitos sobre direitos indígenas e reassentamento de agricultores.

ADC nº 87



Requerente: Progressistas; Republicanos; Partido Liberal

Tema: Ação que busca declarar constitucional a Lei 14.701/2023, incluindo dispositivos vetados pela Presidência.

Data de ajuizamento: 28/12/2023

Relator (a): Min. Gilmar Mendes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso do Sul - FAMASUL; Federação da Agricultura do Estado do Paraná; Associação Juizes para a Democracia; Associação Direitos Humanos em Rede; Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns - Comissão Arns; Instituto Socioambiental; Laboratório do Observatório do Clima; Greenpeace Brasil; Instituto Arayara de Educação para a Sustentabilidade; Instituto Alana; Associação Civil Alternativa Terrazul; Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB; Comissão Guarani Yvyrupa; Centro de Trabalho Indigenista; Povo Indígena Xokleng da Terra Indígena Ibirama La-Klãnô; Conselho Indigenista Missionário - CIMI; Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso - FAMATO; Defensoria Pública da União - DPU; Sindicato Rural de Caarapó/MS; Movimento de Defesa da Propriedade e Dignidade e Justiça Social; Sindicato Rural de Porto Seguro; Associação Brasileira dos Produtores de Soja - Aprosoja Brasil

Relevância para a classe trabalhadora: ADC busca validar integralmente a Lei 14.701/2023 sobre demarcação e gestão de terras indígenas. Processo(s) Apensado(s): ADI 7583 ADO 86 ADI 7582 ADI 7586

ADI nº 4.354



Requerente: COBRAPOL – Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cíveis

Tema: Ação que questiona a constitucionalidade da Lei 12.030/2009 sobre perícias criminais oficiais.

Data de ajuizamento: 09/12/2009

Relator (a): Min. Dias Toffoli

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Federação Nacional dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação – FENAPPI; Associação Brasileira dos Peritos em Criminalística; Associação Brasileira dos Papiloscopistas Policiais Federais – ABRAPOL; Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais – APCF; Associação Brasileira de Criminalística – ABC; Associação Brasileira de Peritos Papiloscopistas – ASBRAPP

Relevância para a classe trabalhadora: O Supremo Tribunal Federal declarou constitucional a Lei nº 12.030/2009, mantendo a autonomia dos peritos criminais.

ADI nº 5.017



Requerente: Associação Nacional dos Procuradores Federais – ANPAF

Tema: Inconstitucionalidade da EC 73/2013 que cria novos TRFs.

Data de ajuizamento: 17/07/2013

Relator (a): Min. Luiz Fux

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – CFOAB; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores Municipais

Relevância para a classe trabalhadora: Discute-se a possibilidade de o Poder Legislativo propor a criação de tribunais inferiores, sem a participação do Poder Judiciário.

ADI nº 5.170



Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – CFOAB

Tema: Indenização a detento em condições desumanas.

Data de ajuizamento: 20/10/2014

Relator (a): Min. Rosa Weber

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Mato Grosso do Sul – OAB/MS; Defensoria Pública do Estado de São Paulo; Human Rights Watch Brasil; Defensoria Pública da União; Estado do Pará; Estado de Alagoas; Estado do Amapá; Estado do Amazonas; Estado da Bahia; Estado do Ceará; Estado do Espírito Santo; Estado de Goiás; Estado do Maranhão; Estado de Minas Gerais; Estado do Mato Grosso; Estado do Mato Grosso do Sul; Estado da Paraíba; Estado de Pernambuco; Estado do Piauí; Estado do Paraná; Estado do Rio Grande do Norte; Estado do Rio Grande do Sul; Estado do Rio de Janeiro; Estado de Rondônia; Estado de Roraima; Estado de Santa Catarina; Estado de São Paulo; Estado de Sergipe; Estado do Tocantins

Relevância para a classe trabalhadora: Interpretação constitucional dos arts. 43, 186 e 927 do Código Civil para indenizar detentos em condições degradantes.

ADI nº 5.527



Requerente: Partido da República - PR

Tema: Ação que contesta dispositivos do Marco Civil da Internet usados para suspender serviços de aplicativos de mensagens.

Data de ajuizamento: 16/05/2016

Relator (a): Min. Rosa Weber

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Instituto Beta para Democracia e Internet - IBIDEM; Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação - Assespro Nacional; Instituto de Tecnologia e Sociedade - ITS; Associação Brasileira de Defesa do Consumidor - Proteste; Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.br; União Brasileira de Compositores - UBC; Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB; Defensoria Pública da União; Frente Parlamentar pela Internet Livre e Sem Limites; WhatsApp Inc.

Relevância para a classe trabalhadora: Possibilidade de suspensão de serviços de mensagens na internet, como o WhatsApp, por descumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo das comunicações.

ADI nº 5.841



Requerente: Partido dos Trabalhadores - PT

Tema: Constitucionalidade do regime de desinvestimento de estatais (Decreto 9.188/17).

Data de ajuizamento: 01/12/2017

Relator (a): Min. Cristiano Zanin

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS

Relevância para a classe trabalhadora: Questionamento do Decreto 9.188/2017, o qual instituiu o Regime Especial de Desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais.

ADI nº 5.905



Requerente: Governadora do Estado de Roraima

Tema: Consulta prévia a povos indígenas (Convenção 169 da OIT).

Data de ajuizamento: 05/03/2018

Relator (a): Min. Luiz Fux

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Associação Comunidade Waimiri Atroari; Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais - N'Golo; Malungu - Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará; Terra de Direitos; Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes - EDUCAFRO; Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB; Associação Direitos Humanos em Rede; Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns - COMISSÃO ARNS; Associação Juizes para a Democracia - AJD; Defensoria Pública da União - DPU

Relevância para a classe trabalhadora: Debate sobre dispositivos da Convenção 169 da OIT, quanto à exigência de consulta prévia, livre e informada às comunidades tradicionais e aos povos indígenas sobre obras e projetos que os afetam.

ADI nº 5.956, 5.964 e 5.959



Requerente: Associação do Transporte Rodoviário de Carga do Brasil

Tema: Constitucionalidade do MP nº 832 (Lei nº 13.703/18), que instituiu a política de preços mínimos no transporte rodoviário de cargas.

Data de ajuizamento: 07/06/2018

Relator (a): Min. Luiz Fux

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Associação Brasileira de Operadores Logísticos – ABOL; Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores – ABRAVA; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística – CNTTL; Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos – CNTA

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão sobre preço mínimo do frete, com impacto em emprego e economia, envolvendo livre iniciativa, concorrência e valorização do trabalho.

ADI nº 6.200



Requerente: Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho

Tema: ANPT contesta lei de Goiás que permite extração de amianto, alegando inconstitucionalidade e precedentes do STF.

Data de ajuizamento: 19/07/2019

Relator (a): Min. Alexandre de Moraes

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: A entidade sustenta que a lei de Goiás viola direitos fundamentais à saúde, à proteção contra riscos laborais e ao meio ambiente adequado.

ADI nº 6.565



Requerente: Partido Verde

Tema: Autonomia universitária. Regras de escolha de reitores e vice-reitores das universidades federais.

Data de ajuizamento: 22/09/2020

Relator (a): Min. Edson Fachin

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; Atens Sindicato Nacional – Sindicato Nacional de Técnicos de Nível Superior das Instituições Federais de Ensino Superior; Clínica Interamericana de Direitos Humanos da FND/UFRJ; Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico; Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil; Núcleo Interamericano de Direitos Humanos – NIDH; Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul; Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Andes – Sindicato Nacional; União Nacional dos Estudantes

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão sobre as regras de escolha de reitores e a autonomia universitária.

ADI nº 6.850



Requerente: Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social

Tema: Tema importante para assegurar direitos às pessoas com deficiência.

Data de ajuizamento: 15/05/2021

Relator (a): Min. Nunes Marques

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão sobre o conceito de deficiência definido pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

ADI nº 7.055 e 6.792



Requerente: Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo - ABRAJI, Associação Brasileira de Imprensa

Tema: Ações que questionam o assédio judicial contra jornalistas e veículos de imprensa.

Data de ajuizamento: 08/04/2021

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB; Associação Brasileira de Juristas pela Democracia - ABJD; Associação Advogadas e Advogados Públicos para a Democracia - APD; Coletivo por um Ministério Público Transformador; Associação Profissão Jornalista - APJOR; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB; Instituto Vladimir Herzog; Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social

Relevância para a classe trabalhadora: As ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs 6792 e 7055) questionam o uso abusivo de ações judiciais contra profissionais e veículos de comunicação, visando impedir ou dificultar sua atuação.

ADI nº 7.222



Requerente: Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos e Serviços - CNSAÚDE

Tema: Piso salarial nacional da enfermagem.

Data de ajuizamento: 08/08/2022

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Confederação Nacional de Municípios-CNM; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde; Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica - ABRAMED; Conselho Federal de Enfermagem Cofen; Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante - ABCDT; Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas - CMB; Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Nordeste - FETESSNE; Frente Parlamentar Mista em Defesa da Enfermagem; Federação Nacional dos Enfermeiros - FNE

Relevância para a classe trabalhadora: Discute a validade e a aplicação da Lei 14.434/2022, instituidora do Piso Salarial Nacional da Enfermagem.

ADI nº 7.248



Requerente: Confederação Nacional do Transporte - CNT

Tema: Mudanças no auxílio-alimentação e no PAT (Lei 14.442/22 e Decreto 10.854/21).

Data de ajuizamento: 11/10/2022

Relator (a): Min. Luiz Fux

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Proteção ao trabalhador e limites da contratação de pessoa jurídica para fornecimento do auxílio-alimentação pelo PAT.

ADI nº 7.385



Requerente: Presidente da República

Tema: Questionamento da União sobre direito de voto na desestatização da Eletrobras.

Data de ajuizamento: 05/08/2023

Relator (a): Min. Nunes Marques

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Central Única dos Trabalhadores - CUT; Força Sindical; União Geral dos Trabalhadores; Central dos Sindicatos Brasileiros; INTERSINDICAL

Relevância para a classe trabalhadora: A Advocacia-Geral da União contesta o limite de 10% de votos da Lei 14.182/2021 por restringir o voto proporcional da União nas ações já detidas.

ADI nº 7.389



Requerente: Podemos

Tema: Ação que questiona a Resolução CNJ 487/2023 que institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário.

Data de ajuizamento: 16/05/2023

Relator (a): Min. Edson Fachin

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Defensoria Pública do Estado de São Paulo; Partido Novo; Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM; Defensoria Pública da União; Defensoria Pública do Estado de Goiás; Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distritais nos Tribunais Superiores - GAETS; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Associação Nacional dos Prefeitos e Vice-Prefeitos da República Federativa do Brasil; Distrito Federal; Instituto Desinstitute; Defensoria Pública do Estado do Paraná; Defensoria Pública do Estado do Maranhão

Relevância para a classe trabalhadora: Alega que a Resolução CNJ 487/2023 (Conselho Nacional de Justiça) viola competência legislativa e ameaça saúde mental e segurança pública.

ADI nº 7.454



Requerente: Associação Brasileira de Psiquiatria

Tema: Ação da ABP contra a Resolução CNJ 487/2023 por violar competência da União e riscos da desinstitucionalização.

Data de ajuizamento: 13/09/2023

Relator (a): Min. Edson Fachin

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Sindicato dos Médicos do Estado do Ceará; Sindicato dos Médicos do Estado de Minas Gerais - SINMEDMG; Sindicato dos Médicos no Estado do Paraná - SIMEPAR; Associação Psiquiátrica de Brasília - APBR; Conselho Federal de Medicina - CFM; Sindicato Médico do Rio Grande do Sul - SIMERS; Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro - CREMERJ; Associação Médica Brasileira - AMB; Centro de Estudo Cyro Martins; Federação Nacional dos Médicos - FENAM; Associação Brasileira de Saúde Mental - ABRASME; Associação dos Psiquiatras da Bahia; Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo - CREMESP; Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo - CRM/ES; Defensoria Pública do Estado do Paraná; Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará; Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina; Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná; Conselho Regional de Medicina do Estado do Acre; Conselho Federal de Psicologia

Relevância para a classe trabalhadora: Ação contra a Resolução nº 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça sobre a Política Antimanicomial no processo penal.

ADI nº 7.566



Requerente: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP

Tema: Ação que questiona a Resolução CNJ 487/2023 sobre a Política Antimanicomial no Judiciário.

Data de ajuizamento: 18/12/2023

Relator (a): Min. Edson Fachin

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Instituto Desinstitue; Defensoria Pública do Estado do Paraná

Relevância para a classe trabalhadora: Ação que questiona a Política Antimanicomial por possível violação à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no âmbito penal.

ADI nº 7.584



Requerente: Aliança Nacional LGBTI

Tema: Ação contra proibição da participação de crianças e adolescentes na Parada LGBTQIAPN+ no Amazonas.

Data de ajuizamento: 04/01/2024

Relator (a): Min. Gilmar Mendes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Tema relevante para o asseguramento dos direitos sociais da população LGBTQIAPN+ e para a redução das desigualdades.

ADI nº 7.586



Requerente: Partido Democrático Trabalhista

Tema: Controle de constitucionalidade da Lei 14.701/2023 sobre terras indígenas.

Data de ajuizamento: 08/01/2024

Relator (a): Min. Gilmar Mendes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Instituto Socioambiental – ISA; Centro de Trabalho Indigenista; Defensoria Pública da União – DPU

Relevância para a classe trabalhadora: Questão do marco temporal: STF afastou sua aplicação para definir ocupação indígena, mas a Lei 14.701/2023 restabeleceu o marco, gerando cinco ações sobre sua validade.

ADI nº 7.594



Requerente: Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica

Tema: Questionamento da Lei de Goiás sobre campanha de conscientização contra o aborto.

Data de ajuizamento: 31/01/2024

Relator (a): Min. Edson Fachin

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: –

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão sobre a garantia do aborto legal e seguro a mulheres cis e homens trans, protegendo direitos reprodutivos e contra discriminação de gênero.

ADI nº 7.597



Requerente: Partido Socialismo e Liberdade – PSOL

Tema: Questionamento da Lei de Goiás sobre campanha e dia de conscientização contra o aborto (PSOL).

Data de ajuizamento: 07/02/2024

Relator (a): Min. Edson Fachin

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: –

Relevância para a classe trabalhadora: Ação em que se questiona a constitucionalidade da Lei 22.537/2024 (GO), que cria campanha contra o aborto, afetando direitos reprodutivos e autonomia das mulheres.

ADI nº 7.644



Requerente: Aliança Nacional LGBTI e Outro(A/S)

Tema: Questionamento da proibição da linguagem neutra no Amazonas.

Data de ajuizamento: 14/05/2024

Relator (a): Min. Flávio Dino

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Discute a inconstitucionalidade da Lei 6.463/2023 (AM), que proíbe linguagem neutra, afetando direitos fundamentais e liberdade de cátedra.

ADI nº 7.686



Requerente: Partido Socialismo e Liberdade – PSOL

Tema: Ação ajuizada requerendo que a Corte impeça repatriação de crianças quando houver suspeita de violência doméstica.

Data de ajuizamento: 19/07/2024

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Grupo de Apoio a Mulheres no Exterior – GAMBE

Relevância para a classe trabalhadora: Questiona a aplicação da Convenção da Haia sobre subtração internacional de crianças, buscando impedir a repatriação imediata ao país de origem quando houver fundada suspeita de violência doméstica contra a mãe, mesmo que a criança não seja a vítima direta.

ADI nº 7.701



Requerente: Partido Socialismo e Liberdade – PSOL

Tema: Questionamento da Lei 14.785/2023 sobre agrotóxicos e proteção à saúde e meio ambiente.

Data de ajuizamento: 14/08/2024

Relator (a): Min. André Mendonça

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Terra de Direitos; Instituto Preservar; FIAN Brasil; Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida; Laboratório do Observatório do Clima (Observatório do Clima); Greenpeace Brasil; Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades – ABIFINA; Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho – ANPT; Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal; CropLife Brasil; Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG; Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); Partido Verde

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão contesta da Lei 14.785/2023 por enfraquecer a regulação de agrotóxicos, afetando saúde, meio ambiente e direitos de grupos vulneráveis.

ADI nº 7.750



Requerente: ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

Tema: Questionamento da inclusão de "sexo" e "nome civil" na nova identidade nacional para pessoas trans.

Data de ajuizamento: 14/11/2024

Relator (a): Min. Dias Toffoli

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Ação busca declarar inconstitucional a exigência de "sexo" e "nome civil" na Carteira de Identidade, por discriminar pessoas transexuais e travestis.

ADI nº 7.776



Requerente: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB

Tema: Questionamento do Decreto 48.893/2024 de MG por vícios formais e materiais e violação a dispositivos constitucionais e à Convenção 169 da OIT.

Data de ajuizamento: 30/12/2024

Relator (a): Min. Flávio Dino

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Ação busca declarar inconstitucional o Decreto 48.893/2024 (ES) por violar a CF e a Convenção 169 da OIT, afetando direitos sociais, ambientais e administrativos.

ADPF nº 347



Requerente: Partido Socialismo e Liberdade - PSOL

Tema: Violação massiva de direitos no sistema carcerário brasileiro.

Data de ajuizamento: 27/05/2015

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Instituto Pro Bono; Fundação de Apoio do Egresso do Sistema Penitenciário - FAESP; Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte; Associação Nacional de Defensores Públicos - ANADEP; Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; Defensoria Pública do Estado de São Paulo; Defensoria Pública da União; Instituto de Defesa do Direito de Defesa; Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM; Defensoria Pública do Estado do Paraná; Conectas Direitos Humanos; Defensoria Pública do Estado da Bahia; Instituto Anjos da Liberdade; ASAAC - Associação de Apoio e Acompanhamento; Sindicato Nacional das Empresas Especializadas na Prestação de Serviços em Presídios e em Unidades Socioeducativas - SINESPS

Relevância para a classe trabalhadora: Necessidade de observância dos direitos humanos e da efetividade da dignidade da pessoa humana da população carcerária brasileira.

ADPF nº 403



Requerente: Cidadania

Tema: Ação que questiona a suspensão temporária do WhatsApp no Brasil.

Data de ajuizamento: 03/05/2016

Relator (a): Min. Edson Fachin

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Instituto Beta para Democracia e Internet - IBIDEM; Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação - Assespro Nacional; Instituto de Tecnologia e Sociedade - ITS; Associação Brasileira de Defesa do Consumidor - Proteste; Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.br; União Brasileira de Compositores - UBC; Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB; Defensoria Pública da União

Relevância para a classe trabalhadora: A ação visa impedir o uso de suspensões nacionais como ferramenta de coação e proteger o sigilo das comunicações criptografadas de ponta a ponta, defendendo direitos fundamentais.

ADPF nº 578



Requerente: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

Tema: Lei Complementar nº 9/14, do Município de Santa Cruz de Monte Castelo (PR), sobre o Movimento Escola sem Partido.

Data de ajuizamento: 12/04/2019

Relator (a): Min. Luiz Fux

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Associação Artigo 19 Brasil; Associação Nacional de Juristas pelos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais; Associação Tamo Juntas – Assessoria Jurídica Gratuita para Mulheres VÍTIMAS de Violência; Centro Feminista de Estudos e Assessoria – Cfemea; Cepia – Cidadania Estudos Pesquisa Informação e Ação; Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres – Cladem/Brasil; Instituto Brasileiro de Direito Administrativo; Instituto Brasileiro de Direito de Família – Ibdfam; Instituto Maria da Penha; Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco – APUBH; Themis, Gênero, Justiça e Direitos Humanos

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão sobre ensino de temas relacionados a "ideologia de gênero", orientação sexual e diversidade nas escolas municipais, relacionada ao movimento Escola sem Partido.

ADPF nº 635



Requerente: Partido Socialista Brasileiro – PSB

Tema: Ação do PSB contra políticas de segurança do RJ por violar preceitos constitucionais devido à letalidade policial.

Data de ajuizamento: 19/11/2019

Relator (a): Min. Edson Fachin

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: EDUCAFRO – Educação e Cidadania de Afro-Descendentes e Carentes; Justiça Global; Associação Direitos Humanos em Rede; Associação Redes de Desenvolvimento da Maré; Instituto de Estudos da Religião – ISER; Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH; Município de Angra dos Reis; Coletivo Papo Reto; Movimento Mães de Manguinhos; Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência; Fala Akari; Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial; Instituto Alana; Partido dos Trabalhadores – PT; Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Rio de Janeiro; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – CFOAB; Centro pela Justiça e o Direito Internacional – CEJIL; Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM; Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores – GAETS; Movimento Negro Unificado; Laboratório de Pesquisas LABJACA; Instituto de Advocacia Racial e Ambiental – IARA; Movimento Independente Mães de Maio; Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL; Defensoria Pública da União; Instituto Anjos da Liberdade – IAL; Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Luiza Mahin; Laboratório de Direitos Humanos (LADIH); Associação Brasileira de Criminalística – ABC; Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro; Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários de Cargas e Logística do Estado do Rio de Janeiro; Federação das Associações de Favelas, Comunidades e Amigos do Estado do Rio de Janeiro – FAFCAERJ; Associação de Atacadistas e Distribuidores do Estado do Rio de Janeiro – ADERJ; Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Rio de Janeiro – SINDOPERJ; Logística Brasil – Associação Brasileira dos Usuários dos Portos, de Transportes e da Logística; Associação Nacional da Advocacia Criminal; Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas; Clínica Interamericana de Direitos Humanos da FND/UFRJ; Fundação Oswaldo Cruz; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Associação de Supermercados do Estado do Rio de Janeiro; Federação das Empresas de Mobilidade do Estado do Rio de Janeiro; Instituto de Defesa da População Negra (IDPN)

Relevância para a classe trabalhadora: Versa sobre a violência policial institucionalizada nas favelas do Rio de Janeiro. Graves transgressões a direitos fundamentais.

ADPF nº 667

Requerente: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

Tema: Inconstitucionalidade das legislações municipais que proíbem a pulverização aérea de agrotóxicos.

Data de ajuizamento: 26/03/2020

Relator (a): Min. Gilmar Mendes

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Terra de Direitos; Federação dos Órgãos para assistência social e educacional; Organização pelo Direito Humano à alimentação e à Nutrição Adequada; Campanha Nacional permanente contra os agrotóxicos e pela vida; Aliança pela Alimentação adequada e Saudável; Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

Relevância para a classe trabalhadora: Ação contra leis municipais que proíbem pulverização aérea de agrotóxicos; Lei 7.802/1989 permite regulamentação local.

ADPF nº 709



Requerente: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB

Tema: Omissão federal na pandemia e proteção de povos indígenas.

Data de ajuizamento: 01/07/2020

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Conselho Indigenista Missionário Ciminal; Conectas Direitos Humanos – Associação de Direitos Humanos em rede; Isa Instituto Socioambiental; Defensoria Pública da União; Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH; Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns; Terra de Direitos; Comissão Guarani Yvyrupa; Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena – FPCONDISI; União dos Povos Indígenas do Vale do Javari – UNIVAJA

Relevância para a classe trabalhadora: Discute-se a atuação do governo federal no combate à pandemia nas comunidades indígena, exigindo medidas emergenciais de proteção contra a COVID-19, como a criação de barreiras sanitárias.

ADPF nº 746



Requerente: Partido dos Trabalhadores – PT

Tema: Elaboração, por parte da União, de um plano de combate às queimadas no Pantanal e na Amazônia.

Data de ajuizamento: 25/09/2020

Relator (a): Min. André Mendonça

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Partido Trabalhista Brasileiro – PTB; Laboratório do Observatório do Clima – OC; WWF – BRASIL; Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB; Instituto Alana; Greenpeace Brasil; Associação Direitos Humanos em Rede; Associação Artigo 19 Brasil; Associação Civil Alternativa Terrazul

Relevância para a classe trabalhadora: Agenda Verde do STF. Questiona a proteção ambiental do Pantanal e da Amazônia.

ADPF nº 760



Requerente: Partido Socialista Brasileiro – PSB

Tema: Execução efetiva do Plano de Ação para Prevenção e Controle de Desmatamento na Amazônia.

Data de ajuizamento: 12/11/2020

Relator (a): Min. Cármen Lúcia

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Instituto Socioambiental – ISA; Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB; Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS; Laboratório do Observatório do Clima – OC; Greenpeace Brazil; Conectas Direitos Humanos; Instituto Alana; Associação de Jovens Engajamundo; Artigo 19 Brasil; Associação Civil Alternativa Terrazul; Instituto de Estudos Amazônicos – IEA; Terra de Direitos;

Relevância para a classe trabalhadora: Combate ao desmatamento e omissão da União na execução do PPCDam (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal) na Amazônia.

ADPF nº 765



Requerente: Partido Verde

Tema: Monitoramento governamental de redes sociais de parlamentares e jornalistas.

Data de ajuizamento: 26/11/2020

Relator (a): Min. Cármen Lúcia

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Na ADPF, o Partido Verde alega que o monitoramento de redes sociais viola a liberdade de expressão e o livre exercício profissional.

ADPF nº 787



Requerente: Partido dos Trabalhadores - PT

Tema: Ação do PT contra omissões do Ministério da Saúde na atenção a pessoas trans, por violar direitos à saúde, dignidade e igualdade.

Data de ajuizamento: 01/02/2021

Relator (a): Min. Gilmar Mendes

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Associação Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular; Rexistir - Núcleo LGBTQI+; Defensoria Pública da União - DPU

Relevância para a classe trabalhadora: Destaca graves violações aos direitos à saúde, dignidade e igualdade de pessoas transexuais e travestis, resultantes de omissões do Ministério da Saúde. A ação busca assegurar a atenção primária inclusiva.

ADPF nº 857



Requerente: Rede Sustentabilidade

Tema: Plano para prevenção de incêndios no Pantanal (União e MT/MS).

Data de ajuizamento: 22/06/2021

Relator (a): Min. André Mendonça

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Laboratório do Observatório do Clima; Instituto Centro de Vida - ICV; Instituto Socioambiental da Bacia do Alto Paraguai - SOS PANTANAL; Instituto Alana; Instituto Saúde e Sustentabilidade; Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)

Relevância para a classe trabalhadora: Ação para atuação do governo federal no combate às queimadas e na proteção das condições de vida, saúde e trabalho diante da crise ambiental no Pantanal e na Amazônia.

ADPF nº 944



Requerente: Confederação Nacional da Indústria

Tema: Destinação de valores de condenações em ações civis públicas pela Justiça do Trabalho.

Data de ajuizamento: 14/02/2022

Relator (a): Min. Flávio Dino

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho - ANPT; Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR; Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA

Relevância para a classe trabalhadora: A ação questiona decisões da Justiça do Trabalho sobre destinação de valores de danos morais coletivos diversa da prevista no art. 13 da Lei 7.347/85.

ADPF nº 946



Requerente: Rede Sustentabilidade

Tema: Ação que questiona a Lei 13.691/2022 de Uberlândia, que proíbe vacinação obrigatória contra Covid-19 e impõe multa por descumprimento.

Data de ajuizamento: 17/02/2022

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Questiona a Lei 13.691/2022 por proibir exigência de vacina e supostamente violar direitos à vida e à saúde.

ADPF nº 973



Requerente: Partido dos Trabalhadores - PT

Tema: Estado de coisas inconstitucional pela letalidade da população negra e desmonte de políticas públicas.

Data de ajuizamento: 12/05/2022

Relator (a): Min. Luiz Fux

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: EDUCAFRO - Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes; Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ; Clínica UERJ Direitos - Clínica de Direitos Fundamentais da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Instituto de Defesa do Direito de Defesa - Márcio Thomaz Bastos (IDDD); Clínica de Direitos Humanos e Núcleo de Pesquisa em História e Constitucionalismo da América Latina (PEABIRU), ambos do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP); Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH; Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD); Ordem dos Advogados do Brasil Conselho Federal; Instituto de Referência Negra Peregum; Defensoria Pública da União; Instituto de Defesa da População Negra - IDPN; CRIOLA; Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas - RENFA; Gabinete Assessoria Jurídica As Organizações Populares; Associação Brasileira de Pesquisadores Negros - ABPN

Relevância para a classe trabalhadora: Discute-se a implementação de plano contra o racismo institucional e políticas de saúde e redistribuição de renda para a população negra.

ADPF nº 976



Requerente: Rede Sustentabilidade

Tema: Condições desumanas de vida à população em situação de rua.

Data de ajuizamento: 22/05/2022

Relator (a): Min. Alexandre de Moraes

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Movimento Nacional da População de Rua – MNPR; Movimento Nacional de Luta em Defesa da População em Situação de Rua – MNLDPSPR; Defensoria Pública da União (DPU); Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores – GAETS; Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – CDHLG-FDUSP; Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento – ONDAS; Centro de Estudos da Constituição da Universidade Federal do Paraná – CCONSUFPR; Núcleo de Estudos em Sistemas de Direitos Humanos – NESIDH; Pastoral do Povo de Rua da Arquidiocese de São Paulo e Pastoral do Menor da Arquidiocese de São Paulo; Instituto Alana; Instituto Brasileiro de Direito das Crianças e Adolescentes – IBDCRLA; Instituto de Direito Global; Instituto Mais Cidadania; Frente Nacional de Prefeitos; Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns – Comissão ARNS; Interessados: Governadores Estaduais

Relevância para a classe trabalhadora: Omissão estrutural do Estado em relação à população em situação de rua.

ADPF nº 989



Requerente: Sociedade Brasileira de Bioética

Tema: Possibilidade de aborto nas hipóteses previstas em lei.

Data de ajuizamento: 29/06/2022

Relator (a): Min. Edson Fachin

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Diretório Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB; Direitos Humanos e Transformação Social; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Rio de Janeiro (CMDCA); Associação Nacional de Membros do Ministério Público – MP PRÓSOCIEDADE; Anis – Instituto de Bioética; Cravinas – Clínica Jurídica de Direitos Humanos e Direitos Sexuais e Reprodutivos; NUDEM – Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres; Frente Parlamentar Mista Contra o Aborto e em Defesa da Vida; Instituto Brasileiro de Direito e Religião – IBDR; Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM; Clínica de Direitos Humanos/Biotecjus (CDH|UFPR); Clínica de Direitos Fundamentais da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – CLÍNICA UERJ DIREITOS; Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde (CFSS); Católicas Pelo Direito de Decidir (CDD); Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM/BRASIL); IPAS; Instituto Brasileiro de Ciências Criminas – IBCCRIM; Associação Juízes Para Democracia – AJD; Associação Bloco A; Grupo Curumim Gestação e Parto; Núcleo Especializado de Defesa e Promoção dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública do Estado de Goiás – NUDEM/GO; Associação Redes de Desenvolvimento da Maré; Instituto Liberta

Relevância para a classe trabalhadora: Saúde da mulher e adoção de medidas para assegurar aborto legal, inclusive em casos de anencefalia.

ADPF nº 991



Requerente: Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil - APIB

Tema: Proteção de povos indígenas isolados e de recente contato.

Data de ajuizamento: 29/06/2022

Relator (a): Min. Edson Fachin

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Defensoria Pública da União; Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB; Instituto Socioambiental (ISA); Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia - FAPERON; Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão - COAPIMA; Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH; Partido Verde Nacional - PV

Relevância para a classe trabalhadora: Discute-se o risco real de extermínio dos povos indígenas isolados e de recente contato devido a ações e omissões do governo federal.

ADPF nº 1.025



Requerente: ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar

Tema: Entidades fechadas de previdência complementar das modalidades multiplanos e multipatrocinadas.

Data de ajuizamento: 07/11/2022

Relator (a): Min. André Mendonça

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC; Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário - IBDP

Relevância para a classe trabalhadora: Atos do Poder Público envolvendo decisões judiciais sobre independência patrimonial das entidades fechadas de previdência complementar multiplano e multipatrocinadas.

ADPF nº 1.076



Requerente: União Brasil

Tema: Ação que questiona a Resolução CNJ 487/2023 que institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário.

Data de ajuizamento: 19/06/2023

Relator (a): Min. Edson Fachin

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Defensoria Pública da União - DPU; Defensoria Pública do Estado do Paraná; Conselho Federal de Psicologia

Relevância para a classe trabalhadora: O Partido alega que a Resolução atenta contra os preceitos fundamentais da separação de poderes, da dignidade da pessoa humana, da proporcionalidade e razoabilidade.

ADPF nº 1.097



Requerente: Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos

Tema: Questionamento constitucional de decreto sobre mínimo existencial e superendividamento.

Data de ajuizamento: 16/11/2023

Relator (a): Min. André Mendonça

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Ação contra os Decretos nº 11.150/2022 e nº 11.567/2023 por extrapolarem o poder regulamentar no mínimo existencial do superendividamento, com restrição a direitos fundamentais do consumidor.

ADPF nº 1.150



Requerente: Aliança Nacional LGBTI e Outro(A/S)

Tema: Questionamento da Lei 1.528/2021 de Águas Lindas por violar a competência da União em educação.

Data de ajuizamento: 14/05/2024

Relator (a): Min. Alexandre de Moraes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Ato normativo desrespeita limites constitucionais municipais e compromete política educacional alinhada aos parâmetros nacionais, especificamente quanto ao uso de linguagem neutra.

ADPF nº 1.151



Requerente: Aliança Nacional LGBTI e Outro(A/S)

Tema: Questionamento de leis que proíbem linguagem neutra por violar liberdade de expressão e ensino (Balneário Camboriú-SC).

Data de ajuizamento: 14/05/2024

Relator (a): Min. Dias Toffoli

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Tema relevante por violar liberdade de expressão e ensino, afrontando o princípio federativo e a competência da União em diretrizes educacionais.

ADPF nº 1.152



Requerente: Aliança Nacional LGBTI e Outro(A/S)

Tema: Questionamento de leis que proíbem linguagem neutra por violar liberdade de expressão e ensino.

Data de ajuizamento: 14/05/2024

Relator (a): Min. Cármen Lúcia

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Tema relevante por violar liberdade de expressão e ensino, afrontando o princípio federativo e a competência da União em educação, impactando inclusão e autonomia pedagógica.

ADPF nº 1.153



Requerente: Aliança Nacional LGBTI e Outro(A/S)

Tema: Ação contra leis que proíbem linguagem neutra por violar liberdade de expressão e ensino.

Data de ajuizamento: 14/05/2024

Relator (a): Min. Luiz Fux

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Tema relevante por violar liberdade de ensino e expressão, e afetar inclusão, diversidade e autonomia pedagógica.

ADPF nº 1.156



Requerente: Aliança Nacional LGBTI e Outro(A/S)

Tema: Questionamento de leis que proíbem linguagem neutra por violar direitos fundamentais.

Data de ajuizamento: 14/05/2024

Relator (a): Min. Luiz Fux

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Tema relevante por violar liberdade de ensino e expressão, a competência da União e impactar inclusão, diversidade e autonomia pedagógica.

ADPF nº 1.157



Requerente: Aliança Nacional LGBTI e Outro(A/S)

Tema: Questionamento de leis que proíbem linguagem neutra por ferir liberdade de expressão e ensino.

Data de ajuizamento: 14/05/2024

Relator (a): Min. Edson Fachin

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Tema relevante por violar liberdade de ensino e expressão, a competência da União e princípios de inclusão, diversidade e autonomia pedagógica.

ADPF nº 1.158



Requerente: Aliança Nacional LGBTI e Outro(A/S)

Tema: Ação contra proibição da linguagem neutra por violar liberdade de expressão e ensino.

Data de ajuizamento: 14/05/2024

Relator (a): Min. André Mendonça

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Tema relevante por violar liberdade de ensino e expressão, a competência da União e princípios de inclusão, diversidade e autonomia pedagógica.

ADPF nº 1.159



Requerente: Aliança Nacional LGBTI e Outro(A/S)

Tema: Ação que contesta leis que proíbem a linguagem neutra por ferir liberdade de expressão e ensino.

Data de ajuizamento: 14/05/2024

Relator (a): Min. Flávio Dino

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Tema relevante por violar liberdade de ensino e expressão, a competência da União e princípios de inclusão, diversidade e autonomia pedagógica.

ADPF nº 1.160



Requerente: Aliança Nacional LGBTI e Outro(A/S)

Tema: Ação que impugna leis que proíbem linguagem neutra por violar direitos fundamentais.

Data de ajuizamento: 14/05/2024

Relator (a): Min. Dias Toffoli

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Tema relevante por violar liberdade de ensino e expressão, a competência da União e princípios de inclusão, diversidade e autonomia pedagógica.

ADPF nº 1.161



Requerente: Aliança Nacional LGBTI e Outro(A/S)

Tema: Ação que contesta leis que proíbem a linguagem neutra por violar direitos fundamentais.

Data de ajuizamento: 14/05/2024

Relator (a): Min. Cármen Lúcia

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Tema relevante por violar liberdade de ensino e expressão, a competência da União e princípios de inclusão, diversidade e autonomia pedagógica.

ADPF nº 1.162



Requerente: Aliança Nacional LGBTI e Outro(A/S)

Tema: Ação que contesta leis proibindo linguagem neutra por ferir direitos fundamentais.

Data de ajuizamento: 14/05/2024

Relator (a): Min. André Mendonça

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Tema relevante por violar liberdade de ensino e expressão, a competência da União e princípios de inclusão, diversidade e autonomia pedagógica.

ADPF nº 1.163



Requerente: Aliança Nacional LGBTI e Outro(A/S)

Tema: Ação que questiona leis que proíbem linguagem neutra por violar direitos fundamentais.

Data de ajuizamento: 14/05/2024

Relator (a): Min. Flávio Dino

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Tema relevante por violar liberdade de ensino e expressão, a competência da União e princípios de inclusão, diversidade e autonomia pedagógica.

ADPF nº 1.164



Requerente: Aliança Nacional LGBTI e Outro(A/S)

Tema: Ação que contesta leis proibindo linguagem neutra por violar direitos fundamentais.

Data de ajuizamento: 14/05/2024

Relator (a): Min. André Mendonça

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Tema relevante por violar liberdade de ensino e expressão, a competência da União e princípios de inclusão, diversidade e autonomia pedagógica.

ADPF nº 1.165



Requerente: Aliança Nacional LGBTI e Outro(A/S)

Tema: Ação que impugna leis que proíbem linguagem neutra por violar direitos fundamentais.

Data de ajuizamento: 14/05/2024

Relator (a): Min. Cármen Lúcia

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Tema relevante por violar liberdade de ensino e expressão, a competência da União e princípios de inclusão, diversidade e autonomia pedagógica.

ADPF nº 1.169



Requerente: ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

Tema: Ação que contesta lei de Novo Gama/GO por discriminação a pessoas trans no uso de banheiros e espaços públicos.

Data de ajuizamento: 29/05/2024

Relator (a): Min. Cármen Lúcia

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Ação busca garantir respeito à identidade de gênero de pessoas trans, combatendo discriminação em espaços públicos e promovendo igualdade e dignidade.

ADPF nº 1.170



Requerente: ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

Tema: Ação que contesta lei de Sorriso/MT por discriminar pessoas trans no uso de banheiros e espaços públicos.

Data de ajuizamento: 29/05/2024

Relator (a): Min. Flávio Dino

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Ação busca garantir respeito à identidade de gênero de pessoas trans, combatendo discriminação em espaços públicos e promovendo igualdade e dignidade.

ADPF nº 1.171



Requerente: ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

Tema: Ação que contesta lei de Cariacica/ES por discriminar pessoas trans no uso de banheiros e espaços públicos.

Data de ajuizamento: 29/05/2024

Relator (a): Min. Flávio Dino

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Ação busca garantir respeito à identidade de gênero de pessoas trans, combatendo discriminação em espaços públicos e promovendo igualdade e dignidade.

ADPF nº 1.172



Requerente: ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

Tema: Ação que contesta lei de Londrina/PR por discriminar pessoas trans no uso de banheiros e espaços públicos.

Data de ajuizamento: 29/05/2024

Relator (a): Min. André Mendonça

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Ação busca garantir respeito à identidade de gênero de pessoas trans, combatendo discriminação em espaços públicos e promovendo igualdade e dignidade.

ADPF nº 1.207



Requerente: Associação Brasileira de Enfermagem, Partido Socialismo e Liberdade - PSOL; Associação Brasileira de Obstetras e Enfermeiros Obstetras - ABENFO; Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - CEBES; Sociedade Brasileira de Bioética - SBB; Associação da Rede Unida, Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO

Tema: Possibilidade de enfermeiros realizarem o procedimento de aborto legal.

Data de ajuizamento: 04/02/2025

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: ANIS - Instituto de Bioética; Cravinas - Clínica de Direitos Humanos e Direitos Sexuais e Reprodutivos da Universidade De Brasília; Frente Parlamentar Mista Contra o Aborto e em Defesa da Vida; Defensoria Pública do Estado do Paraná; Associação Juízes Para A Democracia - AJD

Relevância para a classe trabalhadora: Questiona-se a exclusividade médica para a realização do aborto legal, buscando autorizar a atuação de enfermeiros e técnicos.

AO nº 2.417



Requerente: Ministério Público Federal

Tema: Cobrança de honorários contratuais em ações coletivas na Justiça do Trabalho com honorários assistenciais.

Data de ajuizamento: 28/08/2019

Relator (a): Min. Nunes Marques

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão sobre o equilíbrio entre assistência judiciária gratuita e honorários advocatícios, com impacto no acesso à Justiça e na proteção dos direitos dos trabalhadores.

ARE nº 905.149

Requerente: Diretório Regional do Partido da República

Tema: Possibilidade de lei proibir o uso de máscaras em manifestações públicas.

Data de ajuizamento: 06/08/2015

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais; Artigo 19 Brasil; Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; Conectas Direitos Humanos

Relevância para a classe trabalhadora: Discute os limites da liberdade de manifestação do pensamento e de reunião, notadamente sobre a possibilidade de lei proibir o uso de máscaras em manifestações públicas.

RCL nº 42.576



Requerente: Mesa do Congresso Nacional

Tema: Venda de ativos de subsidiárias da Petrobras.

Data de ajuizamento: 08/04/2020

Relator (a): Min. Edson Fachin

Orgão Julgador: -

Amicus curiae: Partido Democrático Trabalhista; União; Caixa Econômica Federal – CEF; Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE

Relevância para a classe trabalhadora: Privatizações veladas de empresas estatais.

RE nº 601.220

Requerente: Miguel Francisco Urbano Nagib

Tema: Foro para ações de reparação por críticas na internet.

Data de ajuizamento: 30/06/2009

Relator (a): Min. Nunes Marques

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: A questão está relacionada com os limites da liberdade de expressão ou de informação jornalística, à luz do art. 220, § 1º, da Cf.

RE nº 608.588

Requerente: Câmara Municipal de São Paulo

Tema: Limites da lei municipal sobre atribuições da guarda municipal.

Data de ajuizamento: 10/02/2010

Relator (a): Min. Luiz Fux

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Associação de Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina Capitão Osmar Romão da Silva – ACORS; Sindicato dos Guardas Cívicas Metropolitanos de São Paulo

Relevância para a classe trabalhadora: Tema relacionado com o direito social constitucional à segurança (art. 6º da Cf), a ser promovido também pelos entes municipais.

RE nº 630.852



Requerente: UNIMED – Cooperativa de Serviços de Saúde dos Vales do Taquari e Rio Pardo Ltda.

Tema: Estatuto do Idoso e plano de saúde.

Data de ajuizamento: 30/09/2010

Relator (a): Min. Rosa Weber

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Agência Nacional de Saúde – ANS; Federação Nacional de Saúde Suplementar – Fenasaúde; Gaets – Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais nos Tribunais Superiores; Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC

Relevância para a classe trabalhadora: Recurso que discute a aplicação do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) em contrato de plano de saúde firmado antes de sua entrada em vigor.

RE nº 662.055

Requerente: PEA – Projeto Esperança Animal

Tema: Limites da liberdade de expressão frente à honra e à imagem.

Data de ajuizamento: 24/10/2011

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo – ABRAJI; Associação Nacional das Empresas de Comunicação Segmentada – ANATEC; Artigo 19 Brasil (Artigo 19); Associação Fiquem Sabendo; Instituto Vladimir Herzog; Associação Sleeping Giants Brasil; Associação Instituto Tornavoz – TORNAVOZ; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – CFOAB; Associação Mercy For Animals Brasil; Associação Nacional de Advogados Animalistas – ANAA

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão sobre os limites da liberdade de expressão em contraposição ao direito à honra e à imagem.

RE nº 1.010.819

Requerente: Roberto Wypych Junior e Outro(A/S)

Tema: Ação civil pública para afastar coisa julgada após prazo da rescisória.

Data de ajuizamento: 16/11/2016

Relator (a): Min. André Mendonça

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Debate sobre Tema 858: STF admitiu ação civil pública após prazo da ação rescisória, condicionando honorários à indenização.

RE nº 1.017.365



Requerente: Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI

Tema: Posse tradicional indígena e art. 231 da Constituição (Tema 1.031).

Data de ajuizamento: 14/12/2016

Relator (a): Min. Edson Fachin

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina - IMA; Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH; Fian Brasil - Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas; Instituto Socioambiental - ISA; Indigenistas Associados - INA; Fundação Luterana de Diaconia - FLD; Conselho Indígena de Roraima - CIR; Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COLAB; Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia - MUPOIBA; Aty Guasu Kaiowa Guarani; Conselho do Povo Terena; Centro de Trabalho Indigenista - CTI; Estado de Santa Catarina; Comunidade Indígena Xukuru do Ororubá; Defensoria Pública da União; Povo da Terra Indígena Passo; Grande do Rio Forquilha; Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB; Rede Sustentabilidade; Joenia Batista de Carvalho; Comissão Guarani Yvyrupa - CGY; Rede Eclesial Pan-Amazônica - Repam - Brasil; Associação Brasileira dos Produtores de Soja - Aprosoja; Sociedade Rural Brasileira - SRB; Greenpeace - Brasil; Associação Brasileira de Antropologia - Aba; FAMASUL - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso do Sul; Sindicato Rural de Antônio João/MS; Associação do Indígena Krahô-Kanela Apoinkk; Povo Krahô Takaywrá; União das Aldeias Apinajé Pempxá; Povo Tapuia; Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB; Comunidade Indígena Apãnjekra Canela; Comunidade Indígena Memortumré Canela; Comunidade Indígena Akroá-Gamella; Organização Nacional de Garantia Ao Direito de Propriedade - ONGDIP; Povo Indígena Xavante, da Terra Indígena Marãiwatsédé; Comunidade Indígena do Povo Xakriabá; CRIMAT - Associação dos Criadores de Mato Grosso; Conectas Direitos Humanos; A Ufpe - Universidade Federal de Pernambuco; Federação do Povo Huni Kui do Estado do Acre - Fephac, Nukun Hunikuinen Beya Xarabu Tsumashun Ewawa; Estado de Mato Grosso do Sul; Sindicato Rural de Caarapó; Estado do Amazonas; Movimento de Defesa da Propriedade e Dignidade - DPD; Município de Cunha Pora; Município de Saudades; Federação da Agricultura do Estado do Paraná; Associação Juízes Para A Democracia - AJD; Sindicato Rural de Porto Seguro; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB; Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Gleba Porto Velho; Associação dos Produtores Rurais da Suia Missu - APROSUM; Associação dos Pequenos Agricultores Rurais do Projeto Paredão; Sindicato Rural de Bela Vista; Sindicato Rural de Itapetinga; Sindicato Rural de Aquidauana; Sindicato Rural de Amambai; Sindicato Rural de Terra Roxa; Sindicato Rural de Porto Murtinho/MS; Sindicato Rural de Anastácio/MS; Sindicato Rural de Juti/MS; Sindicato Rural de Maracaju; Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cáceres-MT; Sindicato Rural de Miranda e Bodoquena; Associação Rural do Vale do Rio Miranda; Sindicato Rural de Abelardo Luz; Sindicato Rural de Itamaraju; Sindicato dos Trabalhadores; Rurais de Barretos-SP; Sindicato dos Produtores Rurais de Anaurilândia-MS; Sindicato Rural de Tacuru/MS; Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia FAEB; Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Terra Nova; Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul - FARSUL

Relevância para a classe trabalhadora: Recurso discute se 5/10/1988 é marco temporal para definir ocupação tradicional indígena.

RE nº 1.037.396



Requerente: Facebook Servicos Online do Brasil Ltda.

Tema: Marco Civil: responsabilidade civil de provedores por atos de terceiros.

Data de ajuizamento: 05/04/2017

Relator (a): Min. Dias Toffoli

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Senado Federal; União; Confederação Israelita do Brasil – CONIB; Google Brasil Internet Ltda.; IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor; Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor – BRASILCON; IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor; Centro Acadêmico Direito GV (CA DIREITO GV); Google Brasil Internet Ltda; Confederação Israelita do Brasil – CONIB; Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP; Twitter Brasil Rede de Informação Ltda; Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI); Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP; Twitter Brasil Rede de Informação Ltda.; Centro Acadêmico Direito GV (CA DIREITO GV); Sleeping Giants Brasil; Instituto Brasileiro de Defesa da Proteção de Dados Pessoais, Compliance e Segurança da Informação SIGILO; Ministério Público do Estado de São Paulo; Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS); Instituto para Desenvolvimento do Varejo; Educafro Brasil – Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes; Instituto Alana; Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT); Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCIVIL); ByteDance Brasil Tecnologia Ltda (BYTEDANCE BRASIL); Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.BR); Wikimedia Foundation Inc (WIKIMEDIA); Mercado Livre.com Atividades de Internet Ltda

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão sobre a constitucionalidade do art. 19 do Marco Civil da Internet, que exige ordem judicial prévia e específica para responsabilizar civilmente provedores por conteúdos ilícitos de terceiros. O tema ganha relevância diante da disseminação de “fake news” no cenário político brasileiro.

RE nº 1.212.272



Requerente: Malvina Lúcia Vicente da Silva

Tema: Recurso que discute o direito de Testemunhas de Jeová recusarem transfusão por consciência religiosa.

Data de ajuizamento: 24/05/2019

Relator (a): Min. Gilmar Mendes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Associação das Testemunhas Cristãs de Jeová; Instituto Brasileiro de Direito Civil – IBDCIVIL; Associação Nacional de Juristas Evangélicos – ANAJURE; Sociedade Brasileira de Anestesiologia (SBA)

Relevância para a classe trabalhadora: Direito de Testemunhas de Jeová de recusar transfusão de sangue por motivos religiosos. Tema de Repercussão Geral: 1069

RE nº 1.471.538



Requerente: Stella dos Santos Calazans

Tema: Pensão por morte a pessoa transexual e natureza da alteração do registro civil.

Data de ajuizamento: 30/11/2023

Relator (a): Min. Luiz Fux

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: –

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão sobre o direito de mulher transexual à pensão previdenciária como filha maior solteira, mesmo com alteração do registro civil após o óbito do servidor. Tema de Repercussão Geral 1.298 do STF.

RELAÇÕES SINDICAIS

ADI nº 4.067



Requerente: Democratas - DEM

Tema: Reconhecimento das centrais sindicais e repasse do imposto sindical

Data de ajuizamento: 09/04/2008

Relator (a): Min. Edson Fachin

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Central Única dos Trabalhadores - CUT; União Geral dos Trabalhadores - UGT; Força Sindical

Relevância para a classe trabalhadora: A ação trata das prerrogativas das centrais sindicais e a redistribuição do imposto sindical, tema relevante para a atuação das centrais sindical no Brasil.

ADPF nº 1.102



Requerente: Confederação Nacional dos Trabalhadores Públicos Municipais - CONATRAM/CUT

Tema: Lei municipal que retira direitos de servidores em mandato sindical (Criciúma).

Data de ajuizamento: 04/12/2023

Relator (a): Min. Edson Fachin

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Questiona a interferência da Administração Pública na autonomia e organização sindical.

RE nº 646.104



Requerente: Procurador-Geral da República

Tema: Recurso que discute a representatividade sindical do SIMPI e direito à contribuição de micro e pequenas empresas.

Data de ajuizamento: 15/06/2011

Relator (a): Min. Dias Toffoli

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Federação Interestadual dos Profissionais da Química - FIQ; Sindicato dos Promotores, Repositores e Demonstradores de Merchandising do Estado de São Paulo; CNTV - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria Têxtil, Couro, Calçados e do Vestuário da CUT; União Geral dos Trabalhadores - UGT

Relevância para a classe trabalhadora: Representatividade sindical de micro e pequenas indústrias artesanais. Tema de Repercussão Geral: 488

ADI nº 3.159



Requerente: Procurador-Geral da República

Tema: Criação da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e transformação de cargos (Lei 10.410/2002).

Data de ajuizamento: 03/05/2004

Relator (a): Min. Marco Aurélio

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Ação em que se questiona trechos da Lei 10.410/2002, que permite a transformação de cargos no quadro de pessoal do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

ADI nº 3.596

Requerente: Partido Socialismo e Liberdade - PSOL

Tema: Venda de blocos petrolíferos.

Data de ajuizamento: 01/10/2005

Relator (a): Min. Cármen Lúcia

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - IBP; Associação dos Engenheiros da Petrobrás - AEPET

Relevância para a classe trabalhadora: Processo que questiona o poder normativo delegado à ANP para decidir sobre a venda de blocos petrolíferos.

ADI nº 5.502

Requerente: Partido Socialismo e Liberdade – PSOL

Tema: Constitucionalidade de dispositivos da Lei 12.618/2012 (previdência complementar do servidor federal).

Data de ajuizamento: 19/04/2016

Relator (a): Min. Nunes Marques

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil – UNAFISCO NACIONAL; Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública – ASFOC-SN (Trabalhadores da Fundação Oswaldo Cruz); Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES – SN; Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – SINDIFISCO NACIONAL; Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP; Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA SINDICAL; Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas – Instituto Mosap; Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – CONDSEF; Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE; Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação – SINAGÊNCIAS; Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – Funpresp-Jud; Associação dos Oficiais de Justiça do Distrito Federal – AOJUS-DF; Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF; Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – FUNPRESP-EXE; Associação Nacional dos Agentes de Segurança do Poder Judiciário Federal – AGEPOLJUS; Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais; Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal na Bahia – SINDJUFE; Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal no Estado de Goiás – SINJUFE/GO; Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais em Goiás – SINPRE/GO; Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais no Estado do Rio de Janeiro – SINPRE/RJ; Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD; Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro – SISEJUFE-RJ; Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais – SITRAEMG; Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal no Estado do Espírito Santo – SINPOJUFES

Relevância para a classe trabalhadora: Discute-se a adesão compulsória de novos servidores a plano de previdência complementar.

ADI nº 5.624

Requerente: Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal – FENAEF; Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro – CONTRAF/CUT

Tema: Estatuto jurídico das estatais.

Data de ajuizamento: 17/11/2016

Relator (a): Min. Cristiano Zanin

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: –

Relevância para a classe trabalhadora: Relacionado à necessidade de autorização legislativa para a venda de ativos por empresas estatais. Pode impactar a segurança dos empregos em estatais e a política de privatizações.

ADI nº 6.254



Requerente: Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos

Tema: Reforma da Previdência. Novas alíquotas previdenciárias e as regras de transição trazidas pela EC 103/2019.

Data de ajuizamento: 18/11/2019

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – CONDSEF; Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado – FONACATE; Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação – SINAGÊNCIAS; Federação Nacional dos Policiais Federais; Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União; Partido Democrático Trabalhista; Federação de Sindicato de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico; Instituto Brasileiro de Direito Administrativo; Sindifisco Nacional – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil; Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais; Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação – SINAGÊNCIAS; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – CONDSEF; Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário – IBDP

Relevância para a classe trabalhadora: Debate sobre regras de transição da Emenda Constitucional 103/2019, com aumento progressivo das alíquotas para servidores públicos.

ADPF nº 6.255



Requerente: Associação dos Magistrados Brasileiros e Outro(A/S)

Tema: Reforma da Previdência. Novas alíquotas previdenciárias e as regras de transição trazidas pela EC 103/2019.

Data de ajuizamento: 18/11/2019

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Órgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais – ANAPPREV; Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF; Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação – SINAGÊNCIAS; Instituto Brasileiro de Direito Administrativo; Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais – ANADEF; Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – SINDIFISCO Nacional; Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – FENAPRF; Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL; Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – CONDSEF; Sindicato Nacional dos Servidores Federais na Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE Nacional; Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário – IBDP; Confederação Nacional dos Servidores Públicos – CNSP

Relevância para a classe trabalhadora: Debate sobre regras de transição da Emenda Constitucional 103/2019, com aumento progressivo das alíquotas para servidores públicos.

ADI nº 6.257



Requerente: Partido Social Democrático – PSD Diretório Nacional

Tema: Aplicação do subteto remuneratório a docentes de universidades estaduais (teto STF).

Data de ajuizamento: 13/11/2019

Relator (a): Min. Gilmar Mendes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Estado de São Paulo; Universidade de São Paulo – USP; Estado de Minas Gerais; ADUSP – Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo – Seção Sindical do Andes – Sindicato Nacional; Sindicato dos Trabalhadores da Unesp; Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior; Fundação Educacional do Município de Assis

Relevância para a classe trabalhadora: Aplicação do subteto estadual aos professores e pesquisadores das universidades estaduais.

ADI nº 6.667

Requerente: Partido Democrático Trabalhista

Tema: Desestatização da CEEE e subsidiárias (geração, transmissão e distribuição).

Data de ajuizamento: 01/02/2021

Relator (a): Min. Cristiano Zanin

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: –

Relevância para a classe trabalhadora: Discute a manutenção do patrocínio de planos de previdência complementar pela Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) do Rio Grande do Sul e suas subsidiárias.

ADI nº 6.767

Requerente: Partido dos Trabalhadores – PT

Tema: Competência para concessão e manutenção de aposentadorias no RPPS da União (Decreto 10.620/2021).

Data de ajuizamento: 19/03/2021

Relator (a): Min. Luiz Fux

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico; Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal; Federação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal – FENADSEF; Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA – Sindical; Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – FENASPS; Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Andes – Sindicato Nacional; Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE Nacional; Federação Nacional dos Delegados da Polícia Federal – FENADEPOL; Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado – FONACATE

Relevância para a classe trabalhadora: O decreto altera a gestão de benefícios previdenciários de servidores federais (RPPS), centralizando no SIPEC e transferindo servidores da administração indireta para o INSS, o que alega-se ser inconstitucional por exigência de lei formal.

ADI nº 6.916



Requerente: Associação dos Delegados de Polícia do Brasil - ADEPOL

Tema: Cálculo de pensão por morte de servidor público federal ativo.

Data de ajuizamento: 18/06/2021

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal; Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE NACIONAL

Relevância para a classe trabalhadora: Ação contra o art. 23 da EC 103/2019, que limita a pensão por morte a 50% da aposentadoria do segurado, acrescida de 10% por dependente, até 100%.

ADI nº 7.156



Requerente: Confederação Nacional dos Servidores e Funcionários Públicos das Fundações, Autarquias e Prefeituras Municipais - CSPM

Tema: Alterações na Lei de Improbidade Administrativa (Lei 14.230/2021).

Data de ajuizamento: 03/05/2022

Relator (a): Min. André Mendonça

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Instituto Não Aceito Corrupção; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Estado de São Paulo

Relevância para a classe trabalhadora: As alterações na Lei de Improbidade Administrativa retiram proteções já conquistadas, o que pode causar retrocesso no combate à corrupção.

ADI nº 7.236



Requerente: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP

Tema: Alterações na Lei de Improbidade Administrativa (Lei 14.230/2021).

Data de ajuizamento: 05/09/2022

Relator (a): Min. Alexandre de Moraes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Rio Grande do Sul; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Espírito Santo; Associação Nacional dos Procuradores da República; Instituto Não Aceito Corrupção; Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIB; Ordem dos Advogados do Brasil Conselho Federal; Associação Nacional dos Policiais Federais - ANSEF; Associação Cearense do Ministério Público; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Associação Nacional dos Prefeitos e Vice-Prefeitos da República Federativa do Brasil - ANPV

Relevância para a classe trabalhadora: Inconstitucionalidade do art. 2º da Lei 14.230/2021, que alterou sanções da Lei 8.429/92 sobre improbidade administrativa.

ADI nº 7.237



Requerente: Associação Nacional dos Procuradores da República

Tema: Alterações na Lei de Improbidade Administrativa (Lei 14.230/2021).

Data de ajuizamento: 05/09/2022

Relator (a): Min. Alexandre de Moraes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Espírito Santo; Ordem dos Advogados do Brasil Conselho Federal; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Associação Cearense do Ministério Público

Relevância para a classe trabalhadora: Inconstitucionalidade da Lei 14.230/2021 na parte que alterou sanções da Lei 8.429/92 sobre atos de improbidade administrativa.

ADI nº 7.322



Requerente: Confederação Nacional do Comercio de Bens, Serviços e Turismo - CNC

Tema: Precarização da estabilidade e do regime jurídico dos servidores públicos federais.

Data de ajuizamento: 07/12/2022

Relator (a): Min. Luiz Fux

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: A ação questiona a validade da Lei 14.457/2022, que institui o Programa Emprega + Mulheres, especificamente no que tange à alteração da base de cálculo da cota de aprendizagem.

ADI nº 7.365



Requerente: Associação Nacional dos Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas da Fundação Nacional de Saúde - ANSFUNASA

Tema: Inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 1.156, de 1º de janeiro de 2023, que extingue a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.

Data de ajuizamento: 20/03/2023

Relator (a): Min. Nunes Marques

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Discute-se a validade da MP 1.156/2023 sobre a FUNASA e seus impactos em saúde pública e saneamento básico.

ADI nº 7.495



Requerente: Procurador-Geral da República

Tema: Ação que questiona normas sobre licença-maternidade na CLT e regimes de servidores e militares federais.

Data de ajuizamento: 24/10/2023

Relator (a): Min. Alexandre de Moraes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Ação questiona tratamento desigual em licenças maternidade e paternidade conforme vínculo trabalhista ou estatutário dos pais.

ADI nº 7.654



Requerente: Partido Socialismo e Liberdade PSOL e Outro(A/S)

Tema: Questionamento de dispositivos da Lei 12.990/2014 sobre reserva de vagas para negros.

Data de ajuizamento: 17/05/2024

Relator (a): Min. Flávio Dino

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Ação questiona os arts. 1º e 6º da Lei 12.990/2014 sobre reserva de 20% de vagas para negros, à luz da igualdade racial no serviço público.

ADI nº 7.689



Requerente: Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB

Tema: Inconstitucionalidade de cálculo discriminatório de aposentadoria por sexo em MG (LC 64/2002).

Data de ajuizamento: 25/07/2024

Relator (a): Min. Luiz Fux

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Questiona o art. 7º, III, da LC 64/2002 (MG) por estabelecer cálculo discriminatório de aposentadoria entre homens e mulheres.

ADI nº 7.727



Requerente: Associação dos Delegados de Polícia do Brasil - ADEPOL do Brasil

Tema: Questionamento da EC 103/2019 sobre aposentadoria especial diferenciada por gênero para policiais.

Data de ajuizamento: 02/10/2024

Relator (a): Min. Flávio Dino

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Federação Nacional dos Policiais Federais - FENAPEF; Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis - COBRAPOL; Associação Nacional das Mulheres Policiais do Brasil - AMPOL; Sindicato dos Policiais Civis de Londrina e Região - SINDIPOL

Relevância para a classe trabalhadora: Ação questiona dispositivos da EC 103/2019 por não diferenciar homens e mulheres policiais na aposentadoria especial, afetando a equidade de gênero.

ADPF nº 615



Requerente: Governador do Distrito Federal

Tema: Ação do DF contra manutenção de sentenças transitadas em julgado após inconstitucionalidade.

Data de ajuizamento: 27/08/2019

Relator (a): Min. Roberto Barroso

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Sindicato dos Professores no Distrito Federal - SINPRO/DF

Relevância para a classe trabalhadora: Ação discute preservação da coisa julgada frente à inconstitucionalidade, garantindo segurança jurídica.

ADPF nº 1.032



Requerente: Partido Verde

Tema: Competência para julgamento de processos administrativos.

Data de ajuizamento: 29/11/2022

Relator (a): Min. André Mendonça

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Discute-se a validade do Decreto 11.123/2022, que delegou a ministros de Estado e ao presidente do Banco Central a competência para julgar processos administrativos e aplicar sanções, como a demissão de servidores.

ARE nº 721.001



Requerente: Estado do Rio de Janeiro

Tema: Conversão de férias não gozadas em indenização para servidor ativo (Tema 635).

Data de ajuizamento: 31/10/2012

Relator (a): Min. Gilmar Mendes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Rio de Janeiro; União; Associação Jurídica dos Servidores Públicos - AJUSP; Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - SINDIJUSTIÇA/RJ

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão sobre o direito de servidores públicos à indenização por férias não gozadas, seja por término do vínculo ou aposentadoria.

ARE nº 1.487.739



Requerente: Estado de Pernambuco

Tema: Aplicação do piso nacional do magistério a contratos temporários.

Data de ajuizamento: 09/04/2024

Relator (a): Min. Alexandre de Moraes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Incidência do piso salarial para os profissionais do magistério público da educação básica aos servidores contratados temporariamente. Tema de Repercussão Geral 1.308 do STF.

MS nº 23.394



Requerente: Herbert Brandão Lago

Tema: Mandado de Segurança contra indeferimento de incorporação do reajuste do Plano Verão pelo TCU.

Data de ajuizamento: 25/03/1999

Relator (a): Min. Dias Toffoli

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Incorporação do reajuste de 26,05% (referente à URP de abril de 1988) aos proventos de professores aposentados da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

RE nº 590.880



Requerente: União

Tema: Competência para julgar efeitos de decisões da Justiça do Trabalho sobre reajuste de servidores.

Data de ajuizamento: 25/07/2008

Relator (a): Min. Ricardo Lewandowski

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Discussão sobre título executivo da Justiça do Trabalho referente ao reajuste de 84,32% (Plano Collor) e sua competência para condenar a União.

RE nº 1.059.466

Requerente: União

Tema: Isonomia entre as carreiras da magistratura e do Ministério Público.

Data de ajuizamento: 11/07/2017

Relator (a): Min. Alexandre de Moraes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: AJUFE – Associação dos Juízes Federais do Brasil; AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros; Anamatra – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho

Relevância para a classe trabalhadora: Possibilidade de concessão à magistrado de licença-prêmio (ou de indenização pela não fruição), com fundamento na isonomia com os membros do Ministério Público.

RE nº 1.133.118



Requerente: Manoel Ferreira de Souza Gaspar

Tema: Nomeação de parente para cargo político (nepotismo)

Data de ajuizamento: 16/05/2018

Relator (a): Min. Luiz Fux

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Discute-se a a constitucionalidade de norma que prevê a possibilidade de nomeação de cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante, para o exercício de cargo político.

RE nº 1.279.765



Requerente: Município de Salvador

Tema: Recurso que discute a aplicação do piso nacional de Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias a servidores estatutários.

Data de ajuizamento: 10/07/2020

Relator (a): Min. Alexandre de Moraes

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: Federação Nacional de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias - FENASCE; Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde - CONACS; ANASA - Associação Nacional dos Agentes de Saúde

Relevância para a classe trabalhadora: Debate sobre a aplicação do piso nacional aos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias estatutários e o alcance do termo "piso salarial". Tema de Repercussão Geral: 1132

RE nº 1.326.541

Requerente: Estado de São Paulo

Tema: Piso nacional do magistério como base da carreira estadual (Tema 1218).

Data de ajuizamento: 11/05/2021

Relator (a): Min. Cristiano Zanin

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Reflexos do piso nacional no vencimento de professores da educação básica estadual.

RE nº 1.408.525



Requerente: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Tema: Extensão de gratificação de desempenho a servidor inativo com paridade.

Data de ajuizamento: 20/10/2022

Relator (a): Min. Cármen Lúcia

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Possibilidade de extensão de pagamento de gratificação de desempenho para servidor inativo com direito à paridade, em razão da fixação de valor mínimo da parcela. Tema de Repercussão Geral 1.289 do STF.

RE nº 1.493.234

Requerente: Ministério Público do Trabalho

Tema: Constitucionalidade da contratação sem concurso em cargos de confiança em estatais.

Data de ajuizamento: 08/05/2024

Relator (a): Min. Nunes Marques

Orgão Julgador: Plenário

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Discute a constitucionalidade da admissão em cargos de direção, chefia e assessoramento em estatais sem concurso público, com impacto na proteção de direitos e na transparência do serviço público.

PROCESSOS RELEVANTES TST

IRDR 1000907-30.2023.5.00.0000

Requerente: Ministro Maurício José Godinho Delgado x Seção Especializada em Dissídios Coletivos

Tema: A recusa arbitrária do sindicato ou membro da categoria econômica para participar do processo de negociação coletiva trabalhista viola a boa-fé objetiva e tem por consequência a configuração do comum acordo tácito para a instauração de Dissídio Coletivo de Natureza Econômica?

Data de afetação: 24/06/2024

Relator (a): Ministro Maurício Godinho Delgado

Orgão Julgador: Tribunal Pleno do TST

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: A recusa arbitrária do sindicato à negociação coletiva compromete a boa-fé objetiva, podendo configurar acordo tácito para dissídio coletivo, afetando os direitos dos trabalhadores.

IRDR 1000154-39.2024.5.00.0000

Requerente: Ministro Guilherme Augusto Capuo Bastos x Seção Especializada em Dissídios Coletivos

Tema: Apreciar a questão exclusivamente de direito que trata sobre o modo, o momento e o lugar apropriado para o empregado não sindicalizado exercer seu direito de oposição ao pagamento da contribuição assistencial.

Data de afetação: 18/03/2024

Relator (a): Ministro Maurício Godinho Delgado

Orgão Julgador: Tribunal Pleno do TST

Amicus curiae: Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT; Central dos Sindicatos Brasileiros - CSB; Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; Central Sindical e Popular Conlutas; Central Única dos Trabalhadores - CUT; Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação da CUT - CONTAC/CUT; Confederação Nacional da Indústria; Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC; Confederação Nacional do Transporte; Confederação Nacional dos Metalúrgicos/CUT; Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Edifícios e Condomínios - CONATEC; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria Química; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde; Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio; Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins; Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas; Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas da CUT (CNRQ/CUT); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino; Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres; Força Sindical; Instituto dos Advogados Brasileiros; Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST; Ordem dos Advogados do Brasil Conselho Federal; União Geral dos Trabalhadores - UGT.

Relevância para a classe trabalhadora: A análise do direito de oposição ao pagamento da contribuição assistencial assegura que empregados não sindicalizados possam exercer esse direito de forma adequada, sem prejuízo.

ArgInc 0020117-10.2022.5.04.0000

Requerente: Concórdia Logística S.A. x Joacir de Souza Pinto x Companhia de Bebidas das Américas – AMBEV

Tema: Recurso Ordinário em Ação Rescisória sob a égide do CPC de 2015. Coisa Julgada Inconstitucional. Decisão de Inconstitucionalidade proferida pelo STF transitada em julgado após o decurso o prazo previsto pelo art. 975 do CPC de 2015. Ofensa ao Art. 5.º, XXXVI, da Constituição da República. Decadência. Declaração de Nulidade Parcial Sem Redução de Texto do art. 525, § 15, do CPC de 2015. Competência do Tribunal Pleno.

Data de afetação: 06/02/2024

Relator (a): Ministro Luiz José Dezena da Silva

Órgão Julgador: Tribunal Pleno do TST

Amicus curiae: Estado do Acre; Estado do Amapá; Estado do Amazonas; Estado da Paraíba; Estado de Goiás; Estado de Pernambuco; Estado de Rondônia; Estado de Santa Catarina; Estado de São Paulo; Estado do Espírito Santo; Estado do Maranhão; Estado do Pará; Estado do Paraná; Estado do Piauí; Estado do Rio de Janeiro; Estado do Rio Grande do Sul; Estado do Tocantins.

Relevância para a classe trabalhadora: A discussão sobre recurso em ação rescisória é importante para revisar decisões com base em normas inconstitucionais, protegendo os direitos dos trabalhadores.

ArgInc 1001285-90.2019.5.02.0704

Requerente: Vania Grecco de Oliveira x Instituto Ainda Brandão Caiuby

Tema: Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade do art. 11, § 3º, da CLT. Regência dos arts. 274 e seguintes do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho. Protesto judicial. Ajuizamento na vigência da lei nº 13.467/2017. Impossibilidade. Afastamento do dispositivo celetista pela turma sem declaração de inconstitucionalidade do preceito. Inviabilidade. Violação do art. 97 da Constituição Federal. Pertinência da Súmula Vinculante nº 10.

Data de afetação: 14/12/2022

Relator (a): Ministro Breno Medeiros

Órgão Julgador: Tribunal Pleno do TST

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: A análise do § 3º do art. 11 da CLT afeta os prazos para reivindicação de direitos trabalhistas, impactando a prescrição.

ArgInc 0010378-28.2018.5.03.0114

Requerente: Elenilson José Neubaner Dias x Supermercados BH Comércio de Alimento Ltda.

Tema: Arguição de Inconstitucionalidade. Art. 791-A, § 4º, da CLT. Beneficiário da justiça gratuita. Honorários de sucumbência.

Data de afetação: 18/09/20219

Relator (a): Ministro Augusto César Leite de Carvalho

Órgão Julgador: Tribunal Pleno do TST

Amicus curiae: Central Única dos Trabalhadores - CUT; Federação Interestadual dos Trabalhadores e Pesquisadores em Serviços de Telecomunicações - FITRATELP; Federação Nacional dos Bancos.

Relevância para a classe trabalhadora: A discussão sobre a inconstitucionalidade do § 4º do art. 791-A da CLT visa proteger os trabalhadores de custos adicionais com honorários de sucumbência ao garantir o acesso à justiça gratuita.

ARE 0005639-31.2013.5.12.0051

Requerente: Paloma Gomes de Oliveira x Talita Andréa Fernandes de França x Cremer S.A. x DP Locação e Agenciamento de Mão-de-Obra Ltda.

Tema: Gestante. Trabalho Temporário. Lei 6.019/1974. Garantia Provisória de Emprego. Súmula 244, item III, do TST.

Data de afetação: 27/06/2024

Relator (a): Ministro Breno Medeiros

Orgão Julgador: Tribunal Pleno do TST

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: A decisão é relevante para definir as condições de proteção à gestante no contexto de contratos temporários, diferenciando-os dos contratos permanentes.

IncJulgRREmbRep 0010233-57.2020.5.03.0160

Processo Incidente: 0010666-74.2021.5.03.0015 e 0000252-12.2022.5.10.0007.

Requerente: Henrique Melo Correa x Caixa Econômica Federal

Tema: Em razão da fixação dos Temas Repetitivos nºs 955 e 1.021 pelo Superior Tribunal de Justiça, que remetem à Justiça do Trabalho o exame da pretensão de indenização das perdas decorrentes da impossibilidade de incluir, no benefício de complementação de aposentadoria, parcelas de natureza salarial não reconhecidas como tal pelo empregador ou, então, não quitadas oportunamente, quais seriam o marco inicial e prazo prescricional aplicáveis?

Data de afetação: 04/08/2022

Relator (a): Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão

Orgão Julgador: Tribunal Pleno do TST

Amicus curiae: Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada - ABRAPP; Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão e dos Beneficiários de Saúde Suplementar de Autogestão - ANAPAR; Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da Funcef - ANIPA; CESP - Companhia Energética de São Paulo; Central Única dos Trabalhadores - CUT; Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito; Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte - FETEC - CUT/CN; Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Estado do Paraná - FETEC/PR; Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal - FENAE; Federação Nacional das Associações dos Gestores da Caixa Econômica Federal; Federação Nacional das Associações dos Urbanitários - FNU; Federação Única dos Petroleiros; Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras; Petrobras Distribuidora S.A.; Petrobras Transporte S.A. - Transpetro; Sindicato dos Petroleiros do Estado da Bahia - Sindipetro/BA; Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista - Sindipetro LP; Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense - Sindipetro NF; Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Petróleo nos Estados de Pernambuco e Paraíba - SindipetroPE/PB; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação do Petróleo de Porto Alegre, Canoas, Osório e Tramandaí - Sindipetro/RS; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação do Petróleo no Estado de Minas Gerais; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Duque de Caxias; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Petróleo nos Estados do Ceará e Piauí - Sindipetro CE/PI; Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Próprias e Contratadas na Indústria de Exploração, Produção e Refino do Petróleo e seus Derivados na Indústria de Gás, Petroquímica e Afins; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Refinação, Destilação, Exploração e Produção de Petróleo nos Estados do Paraná e Santa Catarina - Sindipetro PR/SC; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Próprias e Contratadas na Indústria e no Transporte de Petróleo, Gás, Matérias-Primas, Derivados, Petroquímica e Afins; Sindicato dos Trabalhadores Petroleiros Petroquímicos, Químicos e Plásticos dos Estados Alagoas e Sergipe - Sindipetro AL/SE; Sindicato Unificado dos Petroleiros do Estado de São Paulo.

Relevância para a classe trabalhadora: Determina o marco inicial e o prazo prescricional para pedidos de indenização por perdas em benefícios de previdência complementar devido à omissão de parcelas salariais. Esclarece a aplicabilidade da legislação trabalhista nesses casos.

IncJulgRREmbRep 1001740-49.2019.5.02.0318

Requerente: Jucelena Gomes de Souza x Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação Casa SP

Tema: “FUNDAÇÃO CASA – PLANO DE SAÚDE – POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DA FONTE DE CUSTEIO – INCLUSÃO DA COPARTICIPAÇÃO – SUBMISSÃO A PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – DISCUSSÃO QUANTO À CONFIGURAÇÃO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL LESIVA.” A inclusão da coparticipação no pagamento do novo plano de saúde, instituído após o devido processo licitatório e oferecido em razão do término do contrato da prestação de serviços de ‘assistência médica’, mesmo com a possibilidade de redução da fonte de custeio, configura alteração lesiva para os empregados que anteriormente desfrutavam do benefício?

Data de afetação: 23/11/2023

Relator (a): Ministro Augusto César Leite de Carvalho

Orgão Julgador: Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho – Plena

Amicus curiae: Associação Brasileira de Planos de Saúde – Abramge; Associação Nacional dos Beneficiários dos Planos de Regulamento Básico e Regulamento dos Planos de Benefícios; Cemig Saúde; Confederação Nacional de Saúde Hospitais Estabelecimentos e Serviços; Federação Nacional de Saúde Suplementar; Sindicato dos Servidores Públicos e Empregados Celetistas nas Fundações e Entidades do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei do Estado de São Paulo.

Relevância para a classe trabalhadora: Avalia se a inclusão de coparticipação em planos de saúde após licitação configura alteração lesiva para os empregados. O julgamento aborda a proteção dos direitos adquiridos e o impacto financeiro sobre os trabalhadores.

IncJulgRREmbRep 1000648-06.2020.5.02.0252

Requerente: Paulo Sérgio dos Reis Galvão x Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás

Tema: Competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar pedido de indenização formulado contra empregador ou exempregador, decorrente de prejuízos suportados por beneficiários de fundo fechado de previdência complementar, ocasionados por eventual má gestão dessas entidades, em razão de possíveis atos temerários praticados por dirigentes indicados pelo patrocinador-empregador.

Data de afetação: 23/05/2024

Relator (a): Ministro Hugo Carlos Scheuermann

Orgão Julgador: Tribunal Pleno do TST

Amicus curiae: –

Relevância para a classe trabalhadora: Define se a Justiça do Trabalho é competente para julgar indenizações por má gestão de fundos fechados de previdência causadas por empregadores. O julgamento afeta a proteção dos direitos dos beneficiários.

IncJulgRREmbRep 0020958-64.2019.5.04.0661

Requerente: Valdomiro Silva Cavalheiro x Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – DAER/RS x Estado do Rio Grande do Sul

Tema: Em quais hipóteses é válida a transmudação do regime jurídico, de celetista para estatutário, de empregado admitido sem concurso público pela Administração Pública antes da promulgação da Constituição Federal de 1998, e quais as repercussões jurídicas daí advindas em relação à competência da Justiça do Trabalho e à prescrição incidente sobre as parcelas de natureza trabalhista.

Data de afetação: 29/08/2024

Relator (a): Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes

Orgão Julgador: Tribunal Pleno do TST

Amicus curiae: –

Relevância para a classe trabalhadora: Estabelece hipóteses válidas para a mudança do regime celetista para estatutário de empregados admitidos antes de 1988, considerando competência e prescrição aplicáveis. Impacta direitos adquiridos e vínculos trabalhistas na administração pública.

IncJulgRREmbRep 0024462-27.2023.5.24.0000 e RR 0000761-72.2022.5.06.0000

Requerente: Tito Alcantra Bessa Júnior x TNG Comércio e Indústria de Roupas Ltda. - Recuperação Judicial x Loren Barotti Bessa x Gabrielli Barotti Bessa x Gabriel de Oliveira Muniz

Ingrid Letícia de Melo x Contax S.A. - Recuperação Judicial x Comércio de Telefonia Guararapes Ltda. x Fernando Clemente de Mendonça x Magareth Bezerra Serrano de Mendonça e Outros

Tema: 1) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica em face de empresa em recuperação judicial, prosseguindo com a execução em face do seu sócio? 2) Essa competência remanesce após as alterações promovidas na Lei nº 11.101/2005, pela Lei nº 14.112/2020 (artigos 6º, I, II e III, 6º-C e 82-A)?

Data de afetação: 24/10/2024

Relator (a): Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes

Orgão Julgador: Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Discute se a Justiça do Trabalho pode processar incidentes de desconconsideração da personalidade jurídica de empresas em recuperação judicial, mesmo após mudanças legislativas. Delimita a competência da Justiça do Trabalho frente à Lei 11.101/2005. A discussão assegura a execução de créditos trabalhistas em empresas em recuperação judicial, definindo a competência da Justiça do Trabalho.

IncJulgRREmbRep 0002061-71.2019.5.09.0653

Requerente: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Apucarana x Itaú Unibanco S.A.

Tema: 1. Qual a extensão e os efeitos da legitimidade ativa das entidades sindicais para postularem, em nome próprio, direitos inerentes aos integrantes da categoria que representam? 2. A legitimidade ativa sindical se verifica mesmo na hipótese de demanda relativa a um único substituído? 3. Os sindicatos são legitimados para a propositura de Ação Civil Pública, nos termos da Lei nº 7.347/85? Que direitos - exemplificativamente -, são tuteláveis mediante substituição processual sindical em Ação Coletiva ou Ação Civil Pública?

Data de afetação: 24/10/2024

Relator (a): Ministro Alberto Bastos Balazeiro

Orgão Julgador: Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Define a extensão da legitimidade sindical para postular direitos coletivos, individuais e ações civis públicas, inclusive para demandas de único substituído. Reforça a representatividade sindical e a tutela coletiva de direitos.

IncJulgRREmbRep 0000272-94.2021.5.06.0121

Requerente: Márcia Cristina Afonso Pereira x Itaú Unibanco S.A.

Tema: 1. Fixar tese vinculante sobre a validade da norma coletiva que prevê a possibilidade de compensação do valor recebido a título de gratificação de função com o valor correspondente às horas extras reconhecidas em juízo em virtude do afastamento do exercício da função de confiança prevista no § 2º do art. 224 da CLT; 2. Definir se a compensação prevista na Cláusula 11, § 1º, da Convenção Coletiva de Trabalho 2018/2020 limita-se às parcelas atinentes ao período de vigência da norma coletiva, ou se abrange a totalidade do período objeto das ações ajuizadas durante sua vigência.

Data de afetação: 24/10/2024

Relator (a): Ministra Dora Maria da Costa

Orgão Julgador: Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Estabelece critérios para compensação de horas extras reconhecidas judicialmente com valores de gratificação de função previstos em norma coletiva. O tema garante a uniformidade na compensação de horas extras com gratificação de função, assegurando a aplicação consistente das normas coletivas.

IncJulgRREmbRep 1848300-31.2003.5.09.0011

Requerente: Eliane de Oliveira x Brsail Telecom S.A. e CBCC Participações S.A.

Tema: "Terceirização. Decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do ARE 791.932-DF, tema 739 da Tabela de Repercussão Geral. Licitude da terceirização, inclusive em atividade-fim da tomadora de serviços. Tese firmada nos autos da ADPF 324 e do RE-958.252MG, Tema 725 da Tabela de Repercussão Geral. Fraude no negócio entabulado entre as empresas. Subordinação direta. Elemento de distinção".

Data de afetação: 05/12/2024

Relator (a): -

Orgão Julgador: Tribunal Pleno do TST

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: O tema aborda a licitude da terceirização, incluindo em atividade-fim da tomadora, e a distinção entre subordinação direta e fraude, após decisões do STF. É relevante para definir os limites e a validade da terceirização no contexto jurídico atual.

IncJulgRREmbRep 0000373-67.2017.5.17.0121

Requerente: Renato Antunes de Souza x Imetame Energia Ltda.

Tema: "Recurso de Revista. Contrato de prestação de serviços. 'Pejotização'. Reconhecimento da relação de emprego."

Data de afetação: 05/12/2024

Relator (a): -

Orgão Julgador: Tribunal Pleno do TST

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Trata do reconhecimento da relação de emprego em casos de contratos de prestação de serviços que caracterizam "pejotização". O julgamento impacta a proteção dos direitos trabalhistas em situações de formalização de vínculo empregatício disfarçado.

RR 1000548-51.2018.5.02.0016 e RR 1001017-44.2020.5.02.0011

Requerente: Márcio Antônio Proença x Expernet Telemática Ltda. e Outros

Marcos André Souza Silva x Center Norte S.A. Construção Empreendimentos, Administração e Participação

Tema: 1. Observando-se a normatividade que emana do art. 99, § 7º, - requerimento de gratuidade de justiça formulado pela primeira vez no recurso ordinário - e do art. 101, caput, §1º e §2º ambos do CPC de 2015 - pedido de reforma de capítulo da sentença em que se indeferiu a gratuidade da justiça-, pode a Vara do Trabalho, no exercício do primeiro juízo de admissibilidade recursal, denegar seguimento ao recurso ordinário por ausência de recolhimento das custas processuais? 2. Tratando-se de alguma das situações previstas nos arts. 99, §7º, e 101, caput, §1º e §2º, do CPC de 2015, e partindo-se das premissas (a) de que a Vara do Trabalho incorreu em erro procedimental ao denegar o recurso ordinário e (b) de que a gratuidade da justiça é direito substancial - que não gravita em torno dos pressupostos processuais -, pode o Tribunal Regional analisar o mérito da gratuidade da justiça no bojo do agravo de instrumento, se o motivo do “trancamento” do recurso ordinário interposto pela parte reclamante foi justamente o vício de deserção, declarado pela Vara do Trabalho ao arrepio do preceituado nas referidas normas? 3. Considerando-se como afirmativas as respostas anteriores, o que tem por corolário o reconhecimento de que tanto a Vara do Trabalho quanto o Tribunal Regional incorreram em erro procedimental, é possível divisar a presença de distinção (distinguishing) capaz de afastar a incidência do óbice processual consolidado na Súmula nº 218 do TST?

Data de afetação: 16/12/2024

Relator (a): -

Orgão Julgador: -

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Garantia do acesso à justiça para quem não pode arcar com custos processuais e eventual impedimento de se chegar ao TST para discutir o indeferimento pelas instâncias ordinárias.

RR 0010134-31.2021.5.18.0000

Requerente: Jefferson Luiz Maleki x Caixa Econômica Federal - CEF

Tema: Competência da Justiça do Trabalho para apreciar e julgar os pedidos de levantamento do saldo do FGTS formulados em face da Caixa Econômica Federal - CEF.

Data de afetação: 16/12/2024

Relator (a): -

Orgão Julgador: Tribunal Pleno do TST

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: A decisão é importante para estabelecer o foro adequado para essas demandas trabalhistas.

RR 0000325-54.2017.5.21.0006

Requerente: Jilma Francinete da Silva x Pizzato Praia Hotel - Eireli

Tema: I – Reafirmação da Súmula nº 448, inciso II, do Tribunal Superior do Trabalho; II – Em que situações a limpeza de banheiros em atividade comercial gera ao empregado direito ao adicional de insalubridade? III – Quais seriam os parâmetros objetivos na definição desse direito, em especial, o conceito de “grande circulação”?

Data de afetação: 16/12/2024

Relator (a): -

Orgão Julgador: -

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Aborda quando a limpeza de banheiros em atividades comerciais dá direito ao adicional de insalubridade, com foco no conceito de “grande circulação”. A definição precisa beneficia a categoria que trabalha em condições insalubres.

RR 0000249-35.2022.5.09.0088

Requerente: Eloa Manegasso Branco x Telefônica Brasil S.A.

Tema: A repercussão das pausas para uso do banheiro no cálculo do Programa de Incentivo Variável (PIV) configura dano moral "in re ipsa"?

Data de afetação: 16/12/2024

Relator (a): -

Orgão Julgador: -

Amicus curiae: -

Relevância para a classe trabalhadora: Discute se as pausas para uso do banheiro afetam o cálculo do Programa de Incentivo Variável (PIV) e se isso configura dano moral. O tema envolve o reconhecimento de danos causados por práticas que afetam os direitos e o bem-estar do trabalhador.



lbs.advogados



lbsadvogados



lbs.adv.br



instituto.lavoro



institutolavoro



institutolavoro.org.br

Apoio:

